

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.402

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sílvio Dreveck
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Dieter Janssen
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 028ª Sessão Ordinária realizada em 10/04/2012.....2 Ata da 029ª Sessão Ordinária realizada em 10/04/2012.....12 Ata da 005ª Sessão Solene realizada em 10/04/2012.....18</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....21</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....25 Aviso de Licitação25 Aviso de Resultado25 Extratos25 Ofícios29 Portarias29 Projeto de Lei30 Projeto de Resolução31 Redações Finais32</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edíson Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se a respeito da precariedade em que se encontra a Saúde.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apresenta roteiro que fez durante o final de semana na região oeste.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda a questão do uso do celular dentro das unidades prisionais no país e de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Manifesta apoio ao PL n. 0496/2011.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Relata viagem à Índia acompanhando o evento do BRICS.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à saúde.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda as dificuldades da saúde.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pronuncia-se a respeito da instalação da Udesc e ao ato de criação das regiões metropolitanas do extremo oeste e do Contestado; defende o delegado Cláudio Monteiro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito do enfrentamento entre o Corpo de Bombeiros Militar e os Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Bom Jesus do Oeste, Sérgio Luiz Persch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK

- Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou me manifestar hoje sobre a situação da saúde no Brasil, pois tenho acompanhado durante muitos anos a saúde no Brasil, mais precisamente a partir de 1993, quando tive a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul, e desde aquela época as reclamações têm sido por falta de recursos e pela situação precária de atendimento ao usuário, ou seja, àquele que precisa do serviço da saúde. Em algumas regiões a situação é melhor e outras pior, mas quando se trata, principalmente, de hospitais públicos, a reclamação é grande no que diz respeito à espera, à demora e à fila que nunca termina, nunca tem prazo para concluir o procedimento. E no que diz

respeito ao exame de alta e média complexidade e ao procedimento cirúrgico.

Por outro lado, há uma manifestação dos hospitais, dos profissionais, quanto à falta de recursos. Lembro-me de que na década de 90, como disse, a partir de 1993, quando estive à frente da secretaria municipal de São Bento do Sul, o pleito, as reivindicações, as movimentações dos secretários municipais através das entidades, juntamente com os secretários estaduais, diziam respeito ao reajuste da tabela SUS que pouco avançou, deputado Dieter Janssen, v.exa. que é do município de Jaraguá do Sul, e, diga-se de passagem, o referido município tem uma saúde exemplar, mas mais pela participação comunitária ou mais objetivamente pelas lideranças empresariais que dão uma grande contribuição aos hospitais daquele município e à saúde como um todo.

Mas na média brasileira, volto a repetir, o problema diz respeito à angústia desses profissionais quanto ao não reajuste dos salários. Em outras palavras, não há valorização ao serviço, do quanto falta para ser feito tanto no trabalho profissional médico quanto nos hospitais, nos procedimentos cirúrgicos, nos exames laboratoriais e assim por diante.

Não é possível que continuemos sempre cobrando, pedindo, reivindicando, e não acontece o reajuste da tabela SUS, que depende do governo federal.

O que quero destacar é que quando nós, na época, não encontrávamos uma solução para esse grave problema que é a reposição, ou seja, o reajuste da tabela dos serviços de saúde, pagos pelo governo federal e transferidos aos estados e aos municípios, para alguns serviços tomamos uma iniciativa, um consórcio que resolveu muito os problemas da saúde na região. Quero crer que foi o primeiro consórcio criado em Santa Catarina na região da Associação de Municípios do Nordeste, Amunesc, liderada pelos prefeitos e, principalmente, pelos secretários da Saúde.

Lembro-me que fui um dos líderes na condução desse processo, com a colaboração dos demais municípios, dos demais secretários, com a boa vontade dos prefeitos e com a participação, na época, do funcionário dr. Dario Sales, que deu uma grande contribuição. Visitamos outros estados, principalmente o de Minas Gerais, que já havia iniciado um consórcio, que nos deu um direcionamento. Criamos esse consórcio de saúde, para o qual os municípios contribuíam e continuam contribuindo para comprar serviços que os municípios não tinham e não têm ainda.

Nem todos os municípios conseguem ter serviços de saúde de média e de alta complexidade, exames especializados, uma referência para internamento, procedimentos e especialidades médicas. Então, o consórcio amenizou esse problema, resolvendo outros problemas que até então não se conseguia resolver, porque o que a tabela SUS pagava e continua pagando nenhum profissional, nenhuma instituição de saúde se propunha a fazer.

Portanto, o consórcio foi uma solução que encontramos e é um bom

exemplo. Por isso quero dizer aos municípios e regiões que ainda não o têm, que o consórcio é uma alternativa. No entanto, vale ressaltar que mais uma vez os municípios pagam a conta. O consórcio é uma solução que ameniza, mas o governo federal, repito, é quem tem a grande responsabilidade de fazer esse reajuste para amenizar os problemas nos serviços de saúde pública no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, catarinenses que nos acompanham, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, há gente ainda que não quer conceder a nós o direito legítimo ao fundo partidário pelo tempo de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Vamos rever isso aqui também.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os deputados e deputadas e dizer que acabei de chegar de um roteiro que fiz durante o final de semana na região oeste, para tratar de dois assuntos. Primeiramente, verificamos *in loco* a questão da seca que está ocorrendo lá. Há muitos municípios passando por sérias dificuldades em relação à estiagem que está ocorrendo. Já conversamos e começamos a nossa pregação para mostrar a necessidade de o agricultor fazer reserva de água. É uma questão de mudança de cultura, como nós, aqui do litoral, demoramos para mudar a cultura da prevenção de cheias, de deslizamento.

Nós precisamos fazer uma verdadeira pregação ao agricultor do oeste, a fim de que coloque em sua cabeça que a reserva de água é um grande sócio, um grande parceiro. Isso, infelizmente, ainda não é uma questão cultural. Nos últimos dez anos, essa já é a sétima seca que a região sofre. Quando estava indo para lá peguei uma chuvinha em Joaçaba. Até Catanduvas, pensei que ia chover, mas chovia e depois parava, e isso é um prejuízo muito grande.

Passamos também nas cidades de Xanxerê, onde inauguramos um laboratório do passaporte digital, para fazer inclusão, principalmente, no projeto Escola da Vida, da Associação Beneficente Arne Johnson, ligada à Igreja Batista que está trabalhando, deputada Dirce Heiderscheidt - lembrei-me de v.exa. que está sempre atenta a essa área -, na prevenção de jovens, para não deixá-los cair no mundo das drogas. Essa associação tem uma estrutura muito boa em Xanxerê, terra do presidente Gelson Merisio, e logo depois passamos na cidade Sul Brasil, onde inauguramos um laboratório, e à noite estivemos na cidade de Palmitos, onde pudemos também inaugurar ali um laboratório.

Enfim, passamos em várias cidades, e acho que a nossa missão é fazer essa visita *in loco* para conversar com os prefeitos. E ontem ainda, conversando com os prefeitos de Ouro, de Zortéa, de Capinzal, município este que participei de uma palestra para os empresários e gestores daquela região, eles me diziam que estavam preocupados. E a preocupação, deputado Dirceu Dresch, do município de Zortéa não é somente com a seca na agricultura, porque quase que ela zerou, o problema é com os *royalties* da produção de energia que o município perde. O prefeito daquele município me contava, ontem, deputado Romildo Titon, que em 2009 chegou a receber por mês R\$ 1.700,00 de *royalties*, e isso zerou, principalmente, o caixa. Em 2010 foi bom, em 2011 também, mas este ano também começa a haver uma perda em torno de 15% do Orçamento do município, por conta dos *royalties*, por conta da seca.

Então, a estiagem é uma questão séria. A grande reclamação dos agricultores daquela região é exatamente por não haver água, deputado Padre Pedro Baldissera, para o consumo animal. Essa é a grande mudança que temos que fazer na legislação federal, possibilitando que as prefeituras e os governos possam gastar parte do dinheiro, que é para esse momento de estiagem, não somente para a água do consumo humano, mas também para água do consumo animal. Como é que vamos fazer para dar água para as aves, os porcos os bovinos, se não há água?

Às vezes, a lei é injusta por conta disso, porque não temos como fazer isso e dependemos da legislação federal para que possa chegar aqui e ser feito.

Mas entendo que, com essa sequência e frequência de estiagens, tanto nós, como o Rio Grande do Sul, temos que levantar um movimento para que possamos chegar até Brasília com algumas mudanças. E também aproveitar que está sendo feita a legislação de Defesa Civil, de proteção civil, e pensar na questão da água para o consumo animal nesse momento de estiagem, porque senão não será possível.

Os prefeitos disseram que há água para o consumo humano e que o problema é para o consumo animal, e que não há como resolvê-lo. Não pode ser gasto hora/máquina para abrir cisternas e diques para aproveitar a água. Não podem fazer nada. E daí o que vamos fazer? Como é que vamos ajudar o agricultor? Como é que vamos ajudar os prefeitos, que estão gastando dos seus recursos próprios, que seriam para investimentos, para atender a essa necessidade?

Essa questão é muito séria e tenho certeza de que nós, da comissão de Proteção Civil desta Casa, estamos tratando... Ainda na semana passada tivemos uma reunião em que contamos com a presença do secretário da Agricultura, João Rodrigues, e do secretário de Defesa Civil, Geraldo Althoff, para que nos pudessem revelar como está a situação lá.

E não foi somente isso. Este final de semana fui verificar *in loco* a situação e observei que há uma necessidade muito grande, sim, por conta de algumas mudanças na legislação.

Falase muito em milhões, que o governo liberou milhões, mas onde é que estão esses milhões? Nem na lavoura há milhões, porque o milho está secando! Onde é que está esse recurso? Quando é que vai chegar esse recurso para a pessoa que está tendo necessidade? Como é que nós, legisladores, vamos fazer para que chegue até Brasília o pedido para que haja uma mudança na legislação para que possamos gastar parte do recurso na água para o consumo animal? Como é que vamos fazer isso? Essas questões é que têm que vir para cá.

Essa dor das pessoas que estão passando por esse momento é a mesma dor, e talvez pior, das pessoas que passam por uma enchente lá na cidade do deputado Ismael dos Santos, em Blumenau, no vale do Itajaí, e em tantas outras regiões. A dor da enchente e do deslizamento é igual à dor da seca! E talvez pior ainda! Agricultores estão vendo todo o esforço do ano em plantação sendo jogado fora e não tendo condições de dar água para os animais. E batem na porta da prefeitura, do governo do estado, do governo federal, que dizem que serão liberados milhões, milhões e milhões, mas depois, no frígido dos ovos, dizem que não podem gastar nada de recurso para a água para o consumo animal porque a legislação não permite.

Então, temos que fazer alguma coisa. Eu sei que aqui não podemos fazer nada, mas precisamos criar mecanismos que possam resolver essa questão.

É muito séria e muito distinta a seca do nordeste da nossa. A nossa é dividida em estiação. Lá é uma questão de vegetação. Aqui é uma questão climática. Por conta de El Niño, La Niña, é que passamos por esse momento - e nós e o Rio Grande do Sul. A situação no Rio Grande do Sul está pior ainda! E nós precisamos estar voltados para essa necessidade.

Eu falo isso como presidente da comissão de Proteção Civil, sendo que estive com muitos prefeitos, vereadores e lideranças neste feriado de Páscoa para verificar *in loco* essa questão.

Vamos produzir audiências, debates, enfim, vamos produzir alguma coisa para que possamos levar esse assunto para Brasília e fazer com que, nesse compêndio de leis que está sendo feito para a Defesa Civil, nós consigamos chegar até o momento em que possamos também atender os agricultores, no momento de estiação - e que é o nosso caso aqui -, para que tenham água para o consumo animal. Não é mais tangível isso!

Também, da mesma forma, assim como estamos fazendo seminários em áreas de risco, através da comissão, nós vamos fazer uma pregação - e todos nós, deputados, todos os agentes políticos - para que o agricultor tenha a cisterna como a sua melhor parceira. Ele não pode mais depender de São Pedro! Não dá mais para ele depender da chuva!

Vejam que na Austrália chove três vezes menos no ano do que chove no oeste de Santa Catarina, e lá eles não passam por esse momento. Por quê? Porque na Austrália a terra tem o seu preço avaliado não pelo que ela pode produzir ou pelo seu tamanho,

mas, sim, pelo armazenamento de água que tem. O camarada, quando vai vender ou comprar terras, não pergunta quanto espaço há para plantar. Ele pergunta quanto de água a pessoa tem reservada. Vejam o conceito, vejam a diferença! É a mesma coisa que, antes de comprar um terreno nas regiões alagadiças, a pessoa entrar no *site* da prefeitura e ver se aquela região é alagadiça ou não. É consciência, é prevenção!

Nós precisamos fazer diferente do que está sendo feito lá em Joinville, por exemplo, sendo que estão construindo um conjunto habitacional do Minha Casa, Minha Vida na beirada de um rio onde o terreno enche de água. A questão está no Ministério Público. Agora não sei o que o prefeito Carlito Merss vai prometer nessa eleição, se vai construir uma ponte ou um viaduto? Eu não sei o que ele vai fazer, porque está construindo um conjunto habitacional num terreno que enche de água. O que é isso? É falta de planejamento, de responsabilidade e de prevenção.

Aliás, prevenção é o que nós, brasileiros, menos fazemos. Nós não fazemos a prevenção de saúde, infelizmente, não fazemos a prevenção do direito. Para a alegria dos advogados, nós os procuramos somente quando o prazo já está contando e terminando. E para a alegria dos advogados, é aí que eles ganham mais dinheiro.

Mas nós não fazemos a prevenção, antes de colocar a nossa assinatura em qualquer lugar, de fazer uma consulta preventiva com um advogado para saber se está tudo dentro da legislação, se não há um comprometimento maior nosso do que podemos ter. Não! Nós somente perguntamos o seguinte: "Onde é que assinamos"? E a maioria dos contratos de adesão é feita com letras minúsculas, com um monte de coisas que nem vemos. O que sabemos é que há um risquinho para assinar e receber o que é do nosso interesse.

Precisamos fazer a prevenção em todos os sentidos: prevenção no acidente de trânsito; prevenção no direito; prevenção na saúde; prevenção na questão da seca, guardando água; prevenção na questão das cheias para que não se possa fazer construções em locais impróprios. Lá em Joinville um conjunto habitacional inteiro do Minha Casa, Minha Vida foi construído numa área alagadiça, trazendo complicações muito grandes. Eu estou falando isso aqui, mas basta acessarem o *site* do Ministério Público para ver que já há uma ação no Ministério Público em relação a isso. E o a prefeitura mania os ombros dizendo que não sabe de nada. Aí nessa hora a obra é do governo federal, mas na hora de inaugurá-la é do município!

Chega de hipocrisia, vamos falar a verdade e prevenir, porque prevenir é muito melhor do que remediar. Esta que é a verdade, é isso que temos que fazer e é isso que vamos pregar nessa questão da defesa civil.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, faz muito tempo que não uso a tribuna. Antes eu a usava todos os dias, senão duas vezes, no horário do partido, e agora eu a tenho usado pouco. E até na condição de líder eu usava mais o microfone.

Mas, hoje, no horário do partido, farei um debate - e que foi veiculado no final de semana - sobre a questão do uso do celular dentro das unidades prisionais no país e em Santa Catarina.

O que está acontecendo, hoje, em Santa Catarina e no Brasil é que o bandido, quando sai da rua, tem um escritório bancado pelo estado, deputada Dirce Heiderscheidt, comida bancada pelo estado, luz e água bancadas pelo estado e um grande escritório para comandar o tráfico, a bandidagem, as quadrilhas organizadas. O que não é possível mais admitir é que o estado pague o cara para fazer bandidagem! Ele está dentro do presídio e as coisas acontecem fora dele.

Discute-se muito - e eu acompanhei, no final de semana, algumas reportagens, e já tenho discutido isso outras vezes - a questão do uso dos telefones celulares dentro das unidades prisionais. Hoje, deputado Serafim Venzon, todos aqueles que estão lá dentro usam o celular e de lá comandam todo esquema da bandidagem em Santa Catarina e no Brasil.

Estamos indagando o que fazem as operadoras? Eu apresentei nesta Casa, deputado Ismael dos Santos, um projeto de lei sobre essa questão. V.Exa., deputado, luta muito contra a droga, e posso dizer que ela sai de dentro dos presídios porque lá há todo o esquema do tráfico. Nós apresentamos um projeto na Casa que obriga as operadoras a bloquearem o sinal do celular dentro das unidades prisionais. E daí indaga-se muito: "Mas é dever da operadora instalar um bloqueador dentro dos presídios para que os presos não possam usar o celular"? E eu me pergunto: qual é o dever da operadora? Será que é somente receber, dar um serviço de má qualidade, vender 240 milhões de telefones para um universo de 190 milhões de habitantes no Brasil? Onde não há qualidade para 100 milhões de telefones, nós temos 240 milhões de telefones vendidos no Brasil. Será que as operadoras somente pensam no lucro? Há uma autorização em nível federal para utilizar? Qual é a contrapartida que essas empresas dão para o estado?

"Ah, mas como vamos bloquear tecnologia"? Deputado Carlos Chiodini, consegue-se bloquear um telefone por falta de pagamento - em cinco dias ele estará bloqueado -, será que não podem instalar bloqueadores dentro dos presídios para fazer um pouquinho da contrapartida que esperamos que seja feita desse péssimo serviço que é prestado no país, hoje, pelas operadoras de telefonia móvel?

Nós apresentamos, sim, um projeto, e alguns já disseram que ele é inconstitucional. Nós vamos obrigar as

operadoras que operam no estado de Santa Catarina a colocar bloqueadores dentro das unidades prisionais para que lá não se possa usar o telefone celular. Mas se é inconstitucional, então vamos deixar as operadoras irem até a Justiça dizer que é inconstitucional e que não querem fazer o serviço. Daí iremos saber, deputado Ismael dos Santos, qual é a operadora que não quer prestar um serviço de contrapartida numa questão que é crucial e importante para a vida dos brasileiros, e para nós, catarinenses, que é essa questão da utilização dos telefones celulares dentro dos presídios.

Eu não quero nem discutir a constitucionalidade ou não, porque daqui a pouco os Parlamentos estaduais não poderão mais legislar! Está ficando muito difícil! Não podemos fazer mais nada! Parece que estamos ficando proibidos até de dar nome a ginásio de esporte! E já estamos até dividindo estradas para dar nome a elas.

Acho que a questão não é se é constitucional ou não. Creio que a questão é de mérito, de vida. A droga está destruindo famílias. A guerra que temos que enfrentar, deputado Ismael dos Santos, não é com o Paraguai, a Argentina, o Uruguai, a Bolívia. A guerra é com a droga. Ela está destruindo muita gente, e essa é a grande preocupação dos pais.

Onde a droga nasce? Onde está a droga? Onde se está traficando? Onde se comanda o tráfico da droga? Onde se está distribuindo a droga? Onde se compra a droga? Dentro dos presídios, deputado Serafim Venzon! É lá que estão os grandes traficantes. Os chefões dessas quadrilhas estão dentro dos presídios usando o telefone celular, e o estado pagando a sua comida, luz e água. E essas pessoas estão dentro dos presídios destruindo famílias e mais famílias neste Brasil e no nosso estado.

Por isso, apresentei o Projeto de Lei n. 0496/2011, que já passou pela comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, a qual v.exa. preside - e o relator foi o deputado Sargento Amauri Soares. Agora ele deverá tramitar nas demais comissões, e acho que deveríamos agilizar esse projeto.

Se há inconstitucionalidade, vamos deixar as operadoras brigarem na Justiça e dizer que qual é a operadora que não quer ajudar a resolver essa questão dentro dos presídios em Santa Catarina, e que é grave.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Elizeu Matos, quero manifestar o meu apoio em prol de seu Projeto de Lei n. 0496/2011 e dizer que atualmente as operadoras telefônicas possuem um serviço, e que é até divulgado na televisão como propaganda, através do qual dá para saber exatamente onde se encontra uma pessoa hoje à noite ou as 2h.

De forma que aquela justificativa que há algum tempo usava-se, dizendo que para bloquear um telefone na cadeia teriam que bloquear também o do diretor, é mentira! Eles podem deixar livres naquela área

somente alguns telefones, ou saber quais os telefones que estão funcionando naquela área onde está o presídio. É possível fazer uma seleção seletiva e identificar e bloquear somente um telefone. Pode haver 500 telefones dentro da cadeia e apenas bloquear um. As telefônicas podem fazer isso!

Por isso, esse projeto de v.exa. é bem-vindo e será uma maneira de impedir, afinal, esse grande tráfico de drogas. A cadeia virou um grande escritório para aqueles que estão lá presos. E de lá ficam manipulando toda a equipe que está fora, e fazendo com que a droga continue campeando.

Parabéns pelo seu projeto!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Serafim Venzon.

Na verdade, o tráfico de droga está sendo coordenado de dentro dos presídios. Ninguém tem dúvida sobre essa questão, e isso está matando muita gente.

Há alguns dias assisti a uma reportagem - e até quero trazê-la neste plenário, pois eu a acompanhei no domingo, e não sei se foi na Rede Globo, no *Fantástico*, ou na Record - mostrando o uso da cocaína por motoristas de caminhões. Isso é muito perigoso! Quando estamos na rua encontramos a toda hora pessoas drogadas para não dormir, e esse é outro tipo de tráfico também. Essa foi uma matéria mostrada em nível nacional, realizada em Itajaí. E lá há também a coordenação feita de dentro dos presídios em pessoas que estão fora deles.

Como o deputado Serafim Venzon falou hoje, foram descobertas algumas pessoas assassinadas em São Paulo, através do seu celular. E uma delas, se não me engano, foi o caso de um bispo que assassinou uma advogada. É verdade, hoje temos tecnologia para isso. Agora, falta um pouco de vontade e contrapartida das operadoras. Mas há tecnologia, sim, para detectarmos onde está sendo usado o celular. É só ter um pouco de vontade e parar com essa ganância, porque só querem ganhar serviços e mais serviços sem autorização. É a ganância pelo dinheiro, somente pelo dinheiro.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa. pelo projeto, entendemos o mérito da proposta. E v.exa. tem toda razão quando diz que na perspectiva tecnológica não há limites, não há fronteiras para que de fato um projeto como esse se torne realidade. Realmente, só falta mesmo boa vontade.

Gostaria de acrescentar, e v.exa. tem toda razão quando fala do tráfico a partir dos presídios, que de cada dez presidiários nove estão na ociosidade. Esse é o grande desafio do Brasil. Quer dizer, esses nove ficam sem fazer absolutamente nada, sendo sustentados por nós, cidadãos brasileiros, a um custo de quase R\$ 2 mil por mês. E pior do que isso, de cada dez internos nos

ossos presídios, pelo menos quatro têm HIV positivo.

Esse é um grande desafio; o projeto de v.exa. tem todo mérito e certamente terá absoluta aprovação nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte a v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Na verdade, temos um amontoado de pessoas no presídio. Uns vão lá para cumprir pena e outros vão para ser sustentados pelo estado. Ficam durante um prazo e saem quando querem. Acho até engraçado, porque dias desses estava vendo que há um apenado que nunca fica preso, já fugiu pelo menos umas dez vezes do presídio. É incrível, o cara é um campeão. Vão lá, usam a estrutura do estado, inclusive os telefones, só para fazer o mal.

A ressocialização acontece num nível muito baixo. Temos que repensar essa questão. O cara chega ao presídio como ladrão de galinha e sai mestre em tudo, lá ele se profissionaliza. O que nós queremos? Qual a nossa ideia de ressocialização? É que o cidadão cumpra sua pena aprendendo alguma coisa de bom, para quando sair do presídio possa servir à sociedade aqui fora. Na verdade, o cidadão entra no presídio e além de ocupar a nossa tecnologia, no caso os telefones, sai de lá profissional, sim, capacitado em tudo, menos em ajudar no desenvolvimento do nosso estado, do nosso país.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizar v.exa. pela iniciativa e dizer que temos, sim, que travar esse debate. E a nossa posição tem sido favorável à aprovação do projeto.

Essa situação é absurda, pois temos a tecnologia que pode ser usada para aumentar a segurança da sociedade, o sistema de segurança e seu conjunto, mas isso não é feito, porque seu uso naquele caso não daria lucro para ninguém.

Então, as operadoras estão pensando somente, como v.exa. já frisou muito bem, nos lucros, em ganhar da sociedade. E estão, inclusive, lucrando com os próprios presos que usam o serviço livremente.

O argumento de que temos que impedir a entrada dos celulares no sistema é um trabalho praticamente impossível, ou seja, coibir a entrada dos aparelhos no presídio, porque há diversas formas de fazê-lo, inclusive algumas que não há como detectar nem convém dizer deste microfone as várias formas que os presos e seus familiares utilizam para fazer os celulares entrarem no presídio. E há tecnologia para coibir o sinal lá dentro. Então, isso seria resolvido muito tranquilamente.

Acho que além de aprovar esse projeto aqui, temos que cobrar da Anatel, inclusive na medida do possível cobrar do Congresso Nacional, que a Anatel coloque nas cláusulas de concessão de contrato com as operadoras a obrigatoriedade de que

poderão prestar o serviço desde que se garanta que dentro do presídio não haverá sinal para uso do celular. Há tecnologia para resolver inclusive isso com facilidade. Mas no limite que fique também todos os funcionários sem celular, porque o funcionário tem o aparelho do estabelecimento, o telefone fixo, para usar. Mas tem essa necessidade de liberar os telefones que se queira liberar e bloquear os demais. Então, isso é possível fazer.

Quero parabenizar v.exa. pelo trabalho. E que a as operadoras, diante do montante do lucro, que é imenso pelo serviço que prestam, tenham a obrigatoriedade de fazer isto: de garantir o bloqueio dos aparelhos, do sinal dos aparelhos celulares dentro dos estabelecimentos prisionais do estado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço pelo aparte, deputado relator do projeto que foi à comissão de Constituição e Justiça e que recebeu parecer favorável e que já está com outro andamento.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Gostaria de parabenizar o nobre deputado pela iniciativa. Essa ação, deputado Elizeu Mattos, que é de segurança pública e que reflete até no decorrer do seu discurso em saúde pública, na questão das drogas e tudo que pode se desenrolar, então, é uma iniciativa que merece ter apoio de todos os pares e deve, evidentemente, ser aprovada.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço pelo aparte do deputado.

É um bom debate. Nós ocupamos 16 minutos e tivemos um bom debate. Precisamos debater essas questões, neste Parlamento, todos os cidadãos, inclusive nós, que somos pais e mães e quem torce por uma família forte.

Eu voltarei a debater esse...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, o número 11 é um número relevante. O 11 está na base de apoio do governo Dilma, juntamente com o PMDB de vice, que fechou os 77% de aprovação do governo, deputado Moacir Sopelsa. E essa aprovação de 77% tem questões lógicas do ponto de vista do desenvolvimento econômico, social deste país.

Nós, a deputada Dirce Heiderscheidt, juntamente com o deputado Mauro de Nadal estivemos na Índia acompanhando o evento dos BRICS. E de Santa Catarina estávamos, aproximadamente, 10% de toda a delegação que acompanhou a presidente.

Vimos como a nossa presidente tem se manifestado nesses grandes

eventos. E junto com os presidentes do BRICS, que é Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, discuti a proposição de um banco efetivo do BRICS para se contrapor ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional que são protagonistas da economia mundial.

Isso nos orgulha muito, porque os empresários que a acompanhavam, basicamente empresários da presidente Dilma Rousseff, são de confiabilidade no que se refere à economia no Brasil, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da solidez internacional que tem o Brasil.

Ao mesmo tempo, quando observamos que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão intervindo no mercado interno, apresentando taxas de juros e empréstimos bancários para reduzir a taxa de juros no mercado nacional, isso mostra que o governo está voltado para o desenvolvimento interno deste país.

Quando observamos que cartões de crédito e cheque especial, neste Brasil, têm sido um verdadeiro assalto àqueles que o utilizam, quando não conseguem pagar a fatura no dia do seu vencimento, vemos que pela primeira vez na história deste país a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estarão reduzindo as taxas de juros em determinadas circunstâncias a 88% dos valores cobrados. E isso obrigatoriamente fará com que esses bancos do Brasil passem a refletir sobre as taxas de juros cobradas.

É lógico que como defensores do livre mercado como eram e são a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, eles também atuam de acordo com as regras de mercado. Porém, nesse importante momento da crise internacional não podemos esquecer que o estado tem que ser interventor para produzir o desenvolvimento do país, fazendo com que os bancos deixem de ter essas taxas lucrativas absurdas, como têm essas duas instituições bancárias, e de acordo com as regras de mercado.

A partir de agora novas questões estarão acontecendo neste Brasil no sentido de melhorar esta situação. E gostaria de dar alguns dados econômicos importantes dos últimos tempos neste Brasil. No ano de 2002 o PIB foi de 500 bilhões de dólares; no ano de 2012, deputado Neodi Saretta, vai fechar em 2,6 trilhões de dólares, fazendo do Brasil a 6ª economia do mundo; a renda per capita brasileira em 2002 era de U\$ 2.800; fecharemos 2012 com uma renda per capita de 13,3 mil dólares por brasileiro, ou seja, nos dois casos o Brasil quintuplicou a sua capacidade econômica.

Outro dado relevante é que a produção de automóveis em 2002 foi de 1,8 milhão de veículos. E vamos fechar 2011 com 3,4 milhões de unidades nesse Brasil. Mais um dado relevante é que em 2002 a safra de grãos foi de 96,8 milhões de toneladas; em 2011, 163 milhões de toneladas foram produzidas nesse Brasil. Mais um dado relevante sobre a confiabilidade, deputado Ismael dos Santos, do nosso querido Brasil, é que a taxa de investimento sobre o PIB em 2002 foi de 16,4%; 2011 - 20,8%; os níveis de investimentos estrangeiros diretos em 2002 - 16,5 bilhões de dólares; em 2011, 66,6

bilhões de dólares; a inflação em 2002 era 12,5%; em 2012 deverá ficar em 4,7%; o nível de desemprego em 2002 foi de 12,9%; em 2011 ficou em 4,7%, sendo uma das menores taxas de desemprego do mundo.

Então, quando começamos a olhar aqui nesse período de 2002 até agora, foram 18 milhões de empregos formais.

Deputado Moacir Sopelsa, poucos países geraram isso e quando comparamos com a crise internacional, sendo que li tudo isso no iPhone 4S e digo isso porque o Brasil de hoje é o que dá 77% de aprovação para Dilma Rousseff, a nossa presidenta da República, que não está negociando cargos, não está se submetendo a pressões. E é exatamente isso que o povo brasileiro quer.

Um dos dados relevantes desta pesquisa, mesmo com todos os questionamentos que temos, que corrupção não existe apenas em nosso governo, mas em todos governos que passaram... E digo que se há corrupção é porque há corruptor. E o corruptor não é público, é privado. Até temos um histórico de dados relevantes, a política inclusive das mulheres, feita pela nossa presidente Dilma Rousseff e pelo ex-presidente Lula, onde 19 milhões de mulheres têm o cartão do Bolsa Família, onde mais de 50% dos projetos educacionais do PAC e da habitação foram contratos e assinados por mulheres. E ela no Dia Mundial das Mulheres fez a manifestação de que os contratos daqui para frente, quando houver uma separação do casal, esta habitação será de propriedade da mulher.

Estou fazendo essas referências, porque vejo que o Brasil está no caminho certo. E como deputado do Partido dos Trabalhadores, neste momento falando em nome do meu partido, quero dizer que me orgulho de ver o Brasil com essa trajetória política e econômica, uma trajetória de geração de empregos, de educação, principalmente de inclusão e criação da esperança da perspectiva de um país cada dia melhor.

Por isso, deputada Luciana Carminatti, deputado Dirceu Dresch e deputado Neodi Saretta, o Partido dos Trabalhadores veio para efetivamente mudar a trajetória deste país, juntamente com os partidos da base aliada, aqueles que estão ajudando a construir um novo caminho. E hoje temos como vice-presidente o grande companheiro Michel Temer, deputado Moacir Sopelsa, uma figura boníssima. E no governo passado, com o nosso ex-presidente Lula, tínhamos o saudoso José de Alencar como vice-presidente da República.

Quero dizer, também, deputada Dirce Hedeirchadt que amanhã farei um pronunciamento sobre a viagem à Índia, porque houve alguns questionamentos que nós não voltamos na mesma agenda da presidente. E quem disse que teríamos que voltar? Vamos dizer o que fizemos além e o que será feito depois disso.

Por isso é com muita tranquilidade e transparência que fazemos todas as ações em prol do povo catarinense, do povo brasileiro, porque nesta Casa somos deputados que trabalham. Desta Casa o povo catarinense pode se orgulhar. É diferente da matéria que saiu no Fantástico, à qual não

assisti; neste Plenário cada deputado representa com dignidade os seus eleitores. E a Assembleia Legislativa tem dado um exemplo ao Brasil quando corta na carne supersalários que existiam, desvenda um conjunto de aposentadorias por invalidez que até então continuava e agora não tem mais. E cabe ao lprev ainda dar uma resposta ao povo catarinense.

No mais, deputado Moacir Sopelsa, é um prazer revê-lo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Esta Presidência deseja boas-vindas aos alunos do ensino médio da Escola Básica Professor Onório Miranda, que estão acompanhados da professora Michele Rejane Breda.

Ainda entro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Quero saudar os alunos do Colégio Estadual Professor Honório Miranda, de Gaspar. E, em nome da professora Michele, saúdo todos os professores daquele educandário.

Quero destacar que hoje na comissão de Justiça aprovou-se um projeto de lei de autoria deste deputado, que teve como relator o deputado Volnei Morastoni, cujo parecer foi pela aprovação, que trata da valorização do artesanato, da economia solidária.

Hoje temos mais de 12 mil artesãos cadastrados no sindicato do artesanato. Mas não existe uma lei que dê proteção a eles, que permita que o governo possa fazer investimentos, possa apoiar iniciativas nesse sentido. A Lei n. 105 é muito importante, porque valoriza o artesanato étnico, o artesanato regional, a economia solidária, as iniciativas de pequenos grupos, que podem virar grandes empresas, pois sabemos de histórias de grandes empresas que começaram com pequenas iniciativas. É também uma forma de fazer com que essas pessoas possam ter uma renda melhor em suas casas. Assim, com essa lei, imaginamos passar para 25 mil o número de artesãos cadastrados em sindicatos, associações.

Também vai permitir que o governo faça inúmeros investimentos nesse setor. Nos 293 municípios, por ano, no mínimo, ocorre a festa de comemoração da emancipação política. E, seguramente, acontecem de 7 a 10 eventos que têm a escolta do governo estadual, federal ou pelo menos municipal. Então, a nossa intenção é que, agora, de mão dessa lei, possamos criar em cada evento locais para que os artesãos exponham seus produtos, revelando o artesanato local para todos os visitantes. Será uma forma de revelarem o artesanato local e terem uma renda com a venda dos produtos.

Então, agradecemos aos membros do conselho estadual do artesanato, da economia solidária, ao presidente do sindicato, a todos aqueles que nos ajudaram a elaborar o projeto de lei. E quero destacar que esta Casa é uma caixa de ressonância dos clamores da sociedade. Por isso, o projeto foi bem aceito na comissão de Justiça, será bem aceito nas demais comissões por onde passará. E permitirá que os artesãos tenham a sua valorização.

Mas eu queria, ainda, destacar um projeto de lei de autoria do deputado Aldo Schneider. Na semana passada, a comissão da Saúde organizou uma grande audiência que encheu o maior plenário desta Casa. Seguramente tínhamos ali mais de 300 participantes, entre diretores e administradores dos hospitais de Santa Catarina, e falávamos do financiamento, do custeio dos atos médicos que acontecem no estado.

Santa Catarina tem 26 hospitais administrados diretamente pelo estado, 15 próprios do estado e oito ou nove geridos por organizações sociais. Ocorre que um grande número de pessoas vem a Florianópolis para obter a cura do câncer ou de alguma doença a qual o SUS de sua cidade não atende. Às vezes, doenças mais simples, de fácil tratamento, mas como o SUS de sua cidade não atende, elas vêm a Florianópolis. Acontece que aqui em Florianópolis os pacientes ficam jogados, precisam pegar filas. Muitas vezes, ficam na fila uma noite inteira para pegar o número para atendimento. Não existe nenhum apoio para essas pessoas, e dirá a construção de uma casa de apoio.

O deputado Aldo Schneider é autor desse projeto, e este deputado é relator. Quero destacar que estou aprovando o seu projeto, e certamente será aprovado pelos demais deputados.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Nobre deputado, fico satisfeito em ouvir de v.exa., na condição de membro titular da comissão de Saúde, a predisposição de, juntamente com nossos pares, aprovar um projeto dessa envergadura. Até porque todos que estamos neste Parlamento temos responsabilidade social com a sociedade catarinense, e o objetivo desse projeto é minimizar as deficiências e as dores das famílias que acompanham os nossos doentes.

Como autor desse projeto, solicito a v.exa., bem como aos membros da comissão de Saúde, a sua aprovação, pois, na minha concepção, será um grande feito para as famílias catarinenses. Muito obrigado pela manifestação de v.exa. e pelo seu voto.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, esse projeto é importante para aqueles que acorrem a Florianópolis, bem como para aqueles que acorrem a outros grandes municípios que possuem serviços médicos de referência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s.: 0036/2012; 0437/2011, e 0516/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0018/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia Estadual do Manezinho no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0031/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos e produtos destinados a emissão de raio *laser* no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0309/2012; 0311/2012; 0212/2012; 0313/2012; 0314/2012; 0315/2012; 0316/2012; 0317/2012; 0318/2012; 0319/2012; 0320/2012; 0321/2012; 0322/2012; 0323/2012; 0324/2012; 0325/2012; 0326/2012 e 0327/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0328/2012 e 0329/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0330/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero cumprimentar os nossos colaboradores, as taquígrafas.

Sr. presidente, faço, até por uma questão de justiça, um pequeno comentário a respeito do nosso requerimento, porque a indústria catarinense Sopasta, de Tangará, completou 60 anos de atividade em janeiro deste ano.

(Passa a ler.)

“Foi fundada em 1952. Está instalada atualmente num parque fabril com uma área aproximada de 150.000m². A Sopasta produz papel reciclado e embalagens de papelão ondulado, produção que é destinada principalmente aos mercados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo que 80% da produção são utilizados por empresas do setor alimentício. O papel, as chapas e as embalagens de papelão são produzidas a partir de reciclagem e atendem a demanda específica dos clientes.

A capacidade atual de produção da Sopasta é de 3.250 toneladas de papel e 3.600 toneladas de embalagens. A indústria atende clientes dos segmentos de bebidas, têxtil, de higiene, de limpeza, da agroindústria e, em especial, da indústria alimentícia. O grande diferencial da Sopasta é ser uma recicladora por natureza, que utiliza aparas como matéria-prima na produção. Seu produto final, após utilizado, poderá ser reciclado novamente.”

É um processo moderno em que o material pode ser reciclado várias vezes sem perder a consistência e suas propriedades.

(Continua lendo.)

“O uso de material reciclado como matéria-prima torna a Sopasta uma empresa recicladora por natureza e com ciclo produtivo baseado na sustentabilidade. Além do diferencial ambiental, a Sopasta também se caracteriza pela excelência de sua gestão, o que fez com que, ao longo dos seus 60 anos tenha acumulado diversas certificações, como a ISO 9001:2008 (gestão de qualidade) a OHSAS 18001:2007 (sistema de gestão que atende às exigências da organização internacional do trabalho) e o Prêmio Catarinense de Excelência Nível I - compromisso com a excelência, atribuído pelo movimento catarinense de excelência.

Durante o evento de comemoração dos 60 anos, em 31 de março passado, em Videira, a diretoria da Sopasta prestou homenagem ao sr. Nelson Harasawa, membro da família fundadora da Sopasta e presidente da empresa há 30 anos, uma pessoa extraordinária. Foi homenageado pela sua humildade, capacidade e pela maneira com que conduz aquela empresa.”

Faço este registro para que possamos conhecer um pouquinho mais a economia catarinense, principalmente sobre as empresas do interior, que não tem muita divulgação. Deputado Romildo Titon, v.exa. conhece muito bem essa empresa, e nós tivemos o orgulho de conhecê-la melhor, bem como a sua direção e os seus funcionários.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado

Reno Caramori. Quero também parabenizar essa indústria que completa 60 anos.

Esta Presidência defere de plano o Requerimento n. 0330/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Moção n. 0009/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidenta da República, ao presidente do Congresso Nacional e ao ministro dos Esportes, apelando pela proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas, nos estádios de futebol, durante a Copa do Mundo de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, seja bem-vinda, deputada Dirce Heiderscheidt, que retorna a este Parlamento juntamente com os deputados Mauro de Nadal e Jailson Lima.

Quero parabenizar o deputado Reno Caramori que, nesta noite, torna-se Cidadão Catarinense. São 66 anos de luta, trabalho, dedicação à comunidade catarinense. Quero parabenizar o deputado Reno Caramori. Esperamos que seja realmente uma noite de gala, e é importante convidar todos os deputados para a sessão solene em homenagem a este deputado.

Eu gostaria hoje de me referir à Saúde, que anda com dificuldades. Está faltando, sim, a intervenção do governo federal através de verbas, como essa lei aprovada aqui, de autoria deste deputado, para a complementação da tabela do SUS.

Conversando com o presidente da Associação dos Hospitais, sr. Dario, tivemos uma colocação para o governo complementar essa tabela. Nós sabemos que a situação do governo é difícil. Falamos com o secretário Dalmo de Oliveira e ele ficou de estudar essa complementação. Temos certeza de que esse é um pedido de todos os hospitais filantrópicos e de todas as clínicas.

Nós queremos uma parcela do dinheiro do governo estadual para a complementação da tabela do SUS. Assim teremos mais força ainda para reivindicar do governo federal que aprovou a Emenda n. 29, mas que cumpriu apenas uma parte da mesma. Não mandou o dinheiro para a Saúde, então não houve o efeito que deveria ter.

A tabela do SUS precisa ser revista e isso depende da presidente Dilma Rousseff. Somente cobrar do governo estadual e dos municípios não adianta, temos que ver o outro lado, porque o governo federal não ajuda os estados como deveria.

O estado de Santa Catarina contribui com 12% para a Saúde. Há municípios, como Canoinhas, em que estão

faltando recursos, mas não do governo estadual. Falta a contribuição do governo federal. E estamos aqui apoiando todas as reivindicações e todos os atos que são feitos para mostrar que a Saúde não está bem por falta desse dinheiro federal. É esse dinheiro que estamos reivindicando há mais de 14 anos. Não queremos deixar apenas ao encargo da presidente Dilma Rousseff, do governo do Partido dos Trabalhadores, mas o governo federal precisa cumprir a sua parte e contribuir com mais veemência, mais vontade.

Achamos que a revisão da tabela do SUS deveria ser prioridade no Congresso Nacional.

O governador Raimundo Colombo está de parabéns. E aproveito para agradecer ao governador e ao vice-governador pelo fato de estarmos resolvendo um problema da saúde no município de Canoinhas com a liberação de R\$ 700 mil em equipamentos para a chegada do neurocirurgião. Por este fato Canoinhas terá, então, um cirurgião para fazer as cirurgias neurológicas do planalto norte. E temos certeza de que a aquisição desse neurologista tem, sim, o dedo do nosso governador, o empenho do deputado Antônio Aguiar e dos prefeitos da região.

Parabéns, governador Raimundo Colombo, pela aprovação também do grupo gestor para o Centro de Idosos de São Francisco do Sul, para o qual será descentralizada a verba para a sua construção. E quando visitei a comunidade de Enseada naquele município, neste final de semana, pude perceber um brilho de esperança de dias melhores para a terceira idade em São Francisco do Sul, uma vez que sou autor da lei dos Jogos Abertos da Terceira Idade. E estou agora reivindicando os Jogos Abertos da Terceira Idade no município de Canoinhas para o ano que vem.

Tudo isso faz com que o governo, através de suas ações sociais, na saúde e na educação, realize ações diferenciadas em benefício das pessoas, as quais acabam melhorando o seu nível de vida. Assim sendo, as pessoas atendidas no planalto norte na área da saúde serão, sim, beneficiadas.

Temos um pedido importante a fazer: que seja implementada a alta complexidade em traumatologia e ortopedia no município de Canoinhas, proporcionando aos municípios o acesso a cirurgias de mão, de joelho, de quadril e de coluna. Essas quatro especialidades são a exigência para que tenhamos atendimento de alta complexidade.

Esse é o nosso pedido ao secretário Dalmo de Oliveira, às pessoas responsáveis por destinar a alta complexidade no estado de Santa Catarina. Hoje, Canoinhas possui ressonância magnética, UTI, ultrassonografia e banco de sangue. Enfim, estamos estruturados para receber alta complexidade no planalto norte.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao nobre deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Antônio Aguiar, queremos nos

solidarizar com v.exa. que está sempre presente e é atuante nos temas referentes à saúde e dizer que lhe damos razão quando fala sobre o reajustamento na tabela do SUS, pois entendo que ela é efetivamente necessária, e da necessidade de mais recursos.

Deputado, permita-me apenas fazer uma correção ou uma contribuição à sua fala quando disse que o problema é o governo federal. Fui prefeito, deputado Antonio Aguiar, como v.exa. e outros deputados também foram, e naquela época, em números gerais, aplicava em torno de R\$ 2 milhões mensais na saúde, sendo R\$ 1 milhão do governo federal, R\$ 1 milhão do governo municipal, às vezes 20 mil, 30 mil do governo estadual. Praticamente os recursos eram do governo federal ou municipal.

Essa realidade não mudou muito, ainda está assim. Em anos anteriores o governo, para cumprir os 12% no estado, lançou despesas que não poderiam ter sido lançadas na saúde.

Então, quero parabenizá-lo pela sua atuação, deputado Antonio Aguiar, e dizer que o estado tem que contribuir e destinar mais recursos à saúde. E o governo federal também deve reajustar a tabela do SUS, como também os municípios.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quantos por cento o governo federal destina à saúde?

O Sr. Deputado Neodi Saretta - O governo federal tem uma meta agora. Há uma discussão, inclusive, de aumento dos recursos da saúde. O que posso dizer a v.exa., deputado, é que se fizer um levantamento dos municípios, onde há gestão plena e, repito, se pegar o caso de Concórdia, não chegará a 5% os recursos que o estado coloca em relação ao que a união e o município colocam.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, temos três entidades: os municípios, que fazem a sua parte constitucional, o governo estadual, que faz a sua parte constitucional, e o governo federal, que não faz a sua parte constitucional. Eu entendo que se o governo federal investisse 10% ou 12% do orçamento, como fazem os municípios e o governo estadual, a situação estaria melhor. Então, precisamos de uma contribuição do governo federal na saúde.

Acreditamos que estejam sendo realizadas discussões da saúde, mas queremos que o governo federal faça a sua parte. Por isso enviaremos mais uma moção ao governo federal, ao Congresso Nacional, à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Saúde, pedindo que olhem com carinho a distribuição do dinheiro destinado à saúde do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAI e pela Rádio Alesc Digital, quero registrar dois assuntos: primeiramente, a alegria que tivemos na quinta-feira em Joaçaba, ocasião em que o governador Raimundo Colombo, no auditório do Teatro Municipal, assinou a instalação da Udesc. Na quarta-feira ele já havia instalado a Udesc no município de Caçador, indo depois também a Lages para realizar outros atos daquela universidade. Então, essa descentralização da Udesc foi muito importante para o estado.

Mas além da assinatura do ato de instalação da Udesc, que contou com a presença do reitor Sebastião Melo e de vários deputados, como os deputados Jorginho Mello, Celso Maldaner, Romildo Titon, Moacir Sopelsa, Marcos Vieira, um ato importante para a região, foi também importante o ato de criação das regiões metropolitanas do extremo oeste e do Contestado.

O deputado Romildo Titon, que brigou pela implantação da região metropolitana do Contestado, foi autor de um projeto neste sentido nesta Casa, sendo encaminhado pelo governador.

Tínhamos encaminhado o projeto da região metropolitana do extremo oeste e o pessoal técnico da Casa Civil entendeu que era inconstitucional por vício de origem, mas o governador imediatamente solucionou essa questão encaminhando um projeto de autoria do Executivo.

Então, os 94 municípios de Santa Catarina que estavam sem receber os benefícios federais que a legislação estabelece para as regiões metropolitanas serão atendidos agora, fazendo justiça a toda a população deste estado.

Mas, srs. deputados, não poderia deixar de ocupar à tribuna hoje para falar a respeito da questão da segurança pública, até porque todos nós, catarinenses, queremos o melhor para a segurança pública, para o nosso estado, e podemos dizer com orgulho que temos a melhor segurança pública deste país.

Os estados estão avançando na questão da segurança pública, como os de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde a secretaria da Segurança tem feito uma mudança nos últimos anos, e nós, que conhecemos, nesses 30 anos de atividade policial, o problema do Rio de Janeiro, podemos testemunhar a mudança que ocorreu. Mas com aquela mudança que ocorreu no Rio de Janeiro o problema se agravou em outros estados.

Neste final de semana, ao conversar com o assessor do secretário da Segurança Pública da Paraíba, ele me relatou vários casos de crimes praticados por marginais que se deslocaram do eixo Rio de Janeiro - São Paulo para outros estados da Federação, citando-me também o caso ocorrido em João Pessoa, na Paraíba, onde marginais praticaram crimes violentos. Eles realizaram uma festa, deputado Ismael dos Santos, e naquela festa com as suas famílias convidaram outras famílias que tinham filhos jovens que aqueles marginais queriam estuprar. E aqueles que invadiram a

festa simulando assalto, renderam e prenderam as pessoas em banheiros e em quartos e praticaram uma série de estupros, matando inclusive duas jovens que tiraram os capuzes daqueles marginais.

A polícia de lá agiu com eficiência, conseguiu identificar e prender os autores desses crimes, fez um levantamento do que ocorreu naquela festa, que é o que está ajudando a inteligência na área investigativa para verificar que do eixo Rio de Janeiro - São Paulo a pressão em cima do crime organizado fez com que aqueles marginais se estabelecessem, comprassem casas e vivessem como cidadãos do bem, mas envolvidos com a criminalidade na Paraíba.

Então, essa preocupação existe e é muito grande. Eu digo isso porque falamos da eficiência da Polícia Militar e Civil catarinense, que tem conseguido manter Santa Catarina como o estado com o menor índice de criminalidade em nível de Brasil.

Houve mudança na secretaria, isso é natural, e isso provoca mudanças também em todos os escalões. Temos esse caso da DEIC, mas entendo que toda a mudança deve primar primeiramente pelo respeito à pessoa, ao ser humano e à família. Todo policial, até escrevi esta semana, por incrível que pareça, tem um familiar. Eu lembro que na minha atividade policial, a minha grande preocupação era principalmente com os meus filhos, e muitas vezes a preocupação que eles tinham era com a minha atividade policial e com a injustiça que o policial poderia sofrer.

Digo isso porque a mudança da DEIC, ao que me parece, estava definida. E se estava definida, em respeito a quem sai, em respeito a todos os demais policiais, porque quando há uma mudança os demais vão analisar como ela ocorreu. Se houve um respeito à dignidade, se foi tratado com justiça, com consideração, entendo que pode ter ocorrido um equívoco. Não era o momento e nem era forma de se fazer a mudança. O momento não era por quê? Porque a Deic vem fazendo um grande serviço no estado de Santa Catarina.

E naquela semana o delegado Cláudio Monteiro conduziu à prisão as quadrilhas de assaltantes de caixas eletrônicos. Após as prisões, já que em quase todas essas prisões têm havido confronto, troca de tiros, risco para os policiais, ele fez uma declaração de que se os marginais viessem para o confronto - digo esses marginais vindos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros estados e até os daqui -, a polícia de Santa Catarina iria também para o confronto.

Com relação à crítica feita a esse delegado, alguns intelectuais acharam que ele se excedeu nas palavras, pois como diretor não poderia ter dito isso, e outros fizeram críticas, falando-se até da mudança.

Então, com relação ao cidadão Cláudio Monteiro, entendo que aquele não era o momento ideal, pois isso deveria ter sido feito depois de 20 dias. Chamariam o delegado que iria sucedê-lo, que foi escolhido, o delegado Akiro Sato, que é um bom delegado, um bom profissional, conheço-o pela sua atividade policial, que faz parte da Força Nacional, fariam uma transmissão sem

problemas, dizendo para quem está sendo substituído que explique para onde quer ir. E se não escolher, ele tem que ir para a sua lotação, é um direito seu, fazendo essa transmissão de forma calma, tranquila, serena, sem precisar dizer que estamos substituindo-o por isso, por aquilo.

Se ele cometeu erros, irá responder por isso, mas não precisa ser exposto. Como ficará o familiar de um policial que é exposto nos jornais através da notícia de que está saindo porque fez isso, fez aquilo, ainda mais um profissional que a família, que a sociedade catarinense tem orgulho, sabe que prestou relevantes serviços à sociedade. Ele pode ter cometido um erro, todos nós estamos passíveis de cometermos, mas não precisavam fazer essa divulgação pública, até porque ele tem direito à ampla defesa e ainda vai ser julgado por aquela irregularidade que cometeu.

Entendo que o momento e a forma não são adequados e que tem direito a administração de colocar o profissional que quer nos locais devidos. Quem assume o comando tem esse direito.

Falarei mais ainda na próxima sessão, porque essa forma equivocada trouxe alguns desgastes. O governador não tem nada com essa mudança, a mudança é de quem administra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, volto ao debate e talvez a esse enfrentamento existente entre o Corpo de Bombeiros Militares e o Corpo de Bombeiros Voluntários, deputado Reno Caramori, para tentar ser mais preciso, mais objetivo e mais claro com relação às questões colocadas.

Estamos há diversos anos debatendo na Assembleia Legislativa esse assunto, inclusive antes mesmo de eu ser deputado nesta Casa já se debatia essa questão. E nos últimos meses, de forma bastante intensa, a partir da protocolação da PEC n. 001, que busca alterar o art. n. 112 da Constituição do estado, dá-se poder ao prefeito municipal para designar qualquer entidade que o prefeito considerar por bem para a tarefa de fiscalização e chancela de licenciamento para as edificações e obras no âmbito do município.

Tem-se debatido muito por um lado, dizendo-se que quem é contra a PEC quer fazer fechar o Bombeiro Voluntário, quer extinguir, eliminar a possibilidade de entidades civis de direito privado chamadas de Bombeiros Voluntários continuarem a prestar relevantes serviços na área de combate a incêndio e de socorro de urgência nas cidades onde atuam.

Entendemos que esse debate está enviesado, a questão que se discute não é essa, o que se discute nesta Casa, e é isso que a PEC n. 001 tenta respaldar, é a possibilidade de mantermos no estado de

Santa Catarina determinados espaços territoriais onde o estado não pode entrar para essa fiscalização.

O debate da última quarta-feira, quando esperávamos o retorno, a posição das entidades dos bombeiros em relação à proposta apresentada pelo Ministério Público Estadual, pela procuradora Walquíria Danielski, foi intenso. Contraditoriamente, foi frustrante e, ao mesmo tempo, a última rodada de debates mais incisiva, mais contundente aqui neste Poder. A partir do momento em que o representante do Bombeiro Voluntário disse que não havia acordo com a proposta apresentada pelo Ministério Público, e que continuava defendendo a aprovação da PEC n. 001, estabeleceu-se uma polêmica que acho que foi produtiva, porque todo mundo descarregou todos os argumentos sobre a mesa e tornou-se mais clara qual é efetivamente a questão. A questão é o poder de polícia para realizar algumas atividades.

Por um lado, entendemos que as atividades de fiscalização e atuação somente podem ser realizadas pelo estado, e aqui não teríamos tempo para argumentar os motivos disso. Inclusive e principalmente em nome da segurança que a sociedade precisaria ter. Uma entidade privada, uma pessoa jurídica de direito privado, realizar esse trabalho que é função típica de estado pode ser temerário para o futuro da sociedade.

Por outro lado, e a proposta do Ministério Público encaminha nessa direção, há possibilidade, sim, de o Bombeiro Voluntário fazer vistoria e dizer se o projeto de determinada edificação está conforme as normas. Portanto, o Bombeiro Voluntário, podendo fazer isso, não tira do estado e do seu representante constitucionalmente instituído, o Bombeiro Militar, o direito de normatizar, o direito de fiscalizar e o direito de atuar.

O que tem sido comum, deputado Reno Caramori? No dia da vistoria, as edificações apresentam as especificações normatizadas, mas se voltarmos uma semana, 15 dias ou um ano depois não apresentam mais, inclusive porque existem empresas especializadas em alugar equipamentos de segurança para edificações. Falando aqui parece absurdo, mas existem empresas especializadas em alugar equipamentos. Ou seja, instala, faz a vistoria, recebe o "habite-se" e algum tempo depois retira o equipamento ou troca-o.

Por isso, é preciso que esse trabalho seja feito de forma permanente por um órgão público que tenha poder de polícia, inclusive para atuar, multar e retirar a licença de funcionamento, se for um *shopping center*, por exemplo. Porque se não está cumprindo as normas de segurança, tem que parar de funcionar.

Então, se o estado tiver essa função, que na nossa avaliação somente pode ser exercida por ele, estamos com o problema resolvido. O Corpo de Bombeiros Voluntários, na nossa avaliação, pode, deve e é importante que continue fazendo o seu trabalho, mas é preciso que eles entendam que o seu trabalho é complementar e auxiliar nas atribuições do estado, e que eles

também estarão sujeitos à fiscalização do estado, porque toda a sociedade está sujeita à fiscalização do estado, que é feita pelo órgão competente.

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são auxiliares do Exército que todos os anos fiscaliza, e inclusive a reserva de armamento - para ver se as polícias... E vale também para a Polícia Civil. A aquisição de armas depende de autorização da Polícia Federal e das Forças Armadas.

Portanto, são entidades que têm a fiscalização e já está definido qual é a instituição com o poder para fiscalizar.

Se os bombeiros voluntários, deputado Reno Caramori - e v.ex.a. tem uma posição e debate isso -, acharem que podem fazer vistoria assim como o bombeiro militar, mas que o bombeiro militar tem poder de polícia para normatizar, porque a normatização é privativa de órgão público, estaremos com o problema resolvido.

Do meu ponto de vista, pode ir 100% da arrecadação das taxas para os bombeiros voluntários, porque a questão, na nossa posição, é neste sentido: é o poder de polícia que somente o estado pode ter. Havendo essa concordância por parte dos bombeiros voluntários, como falei, haverá acordo em todas as outras questões e podemos discutir e chegar a um consenso.

A partir do momento em que todo mundo colocou as armas na mesa, vamos dizer assim, no final da reunião, houve a possibilidade de eles, bombeiros voluntários, junto com os bombeiros militares - e vão-se reunir hoje à noite e depois, amanhã, junto com o Ministério Público -, chegarem a um entendimento nessas questões para que possamos, sim, mudar a Constituição e já aprovar uma legislação infraconstitucional que determine qual é o papel de cada entidade, de cada instituição.

Para o bombeiro militar, é essa questão. E se o bombeiro militar voluntário não quer seguir esses conjuntos de normatização, não há por que concordarmos em mexer no artigo 108. Se eles batem o pé na PEC n. 0001, nós não temos por que concordar em mexer no artigo 108, pois mexer no artigo 108 implica numa futura normatização, num futuro estabelecimento em lei da atribuição de cada um, e que todos se comprometam a seguir. Essa é a questão que está em debate.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Concordo com v.ex.a. Não quero atrapalhar a sua linha de pensamento, mas gostaria de dizer que a fiscalização tem que ser poder de estado.

Eu vi, deputado Reno Caramori, a sua forma de encarar, não estando de acordo com o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares.

Mas estamos muito próximos de um entendimento. Acho que a participação do Ministério Público foi fundamental e que estamos muito próximos de um acordo, mantendo o poder de polícia com o estado.

Não pode haver entidades autônomas fazendo a fiscalização.

Então, concordo com o seu pronunciamento e acredito que o entendimento deverá acontecer.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado. É uma pena que eu não possa me pronunciar, e fui obrigado a escutar aqui serenamente. Mas concordo em parte e discordo plenamente quando se fala em organização particular.

Joinville tem há 120 anos, srs. deputados; Caçador tem há 41 anos; Concórdia tem há 40 anos; Jaraguá tem há 43 anos. E quando nem se pensava em criar bombeiros estatais, através da Polícia Militar, os civis já atuavam com muita responsabilidade.

Mas nós vamos voltar a esse assunto, que é muito importante. O meu objetivo não é nem o militar, nem o comunitário, nem o voluntário. O meu objetivo é atender à comunidade catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, de fato já temos levantado esse debate sobre a questão dos bombeiros, deputado Reno Caramori - e v.exa. advoga, com legitimidade, a questão dos bombeiros voluntários. Esperamos, deputado Sargento Amauri Soares, que a comissão de Constituição e Justiça possa nos conduzir a bons mares nessa navegação tanto quanto tempestuosa que temos vivenciado, nesses últimos dias, nesta Casa, em relação a essa polêmica.

Sr. presidente e srs. deputados, quero parabenizar o Conselho Federal de Medicina pelo belo trabalho distribuído em todo o país: a cartilha Diretrizes Gerais Médicas para Assistência Integral ao Crack. Parabéns ao Conselho Federal de Medicina, que fez uma definição e um histórico do crack, abordando aspectos gerais, o tratamento do usuário e a dimensão do problema em todo o país. Traz também um guia para avaliação e o manejo de casos de urgência muito importantes, em especial para os profissionais da área. Enfim, é uma cartilha com mais de 30 páginas, com um belíssimo aspecto editorial, com *layout*, falando também do manuseio de medicamentos, mostrando onde procurar ajuda. Enfim, traz dados importantíssimos no combate e na prevenção ao crack.

Parabéns ao Conselho Federal de Medicina pela cartilha que está chegando às mãos principalmente dos profissionais da Saúde em todo o país e no estado de Santa Catarina.

Por outro lado, quero lamentar manchetes como esta, deputado Maurício Eskudlark: "Crack invade velhos casarões". Essa notícia, que foi publicada em um dos jornais de circulação no estado de Santa Catarina, lembra que já são 11 imóveis

mapeados aqui na capital onde vivem, hoje, 300 usuários de crack. Não há dúvida de que essa é uma questão que precisa de uma ação rápida, e também de uma intervenção do governo do estado não somente na área da segurança, mas também na área médica.

Nós, da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, queremos estar presente nesse debate, como disse lamentando a situação desses velhos casarões aqui na capital hoje invadidos por usuários de crack.

Sr. presidente e srs. deputados, nós acompanhamos, na última semana, uma comitiva de pequenos empresários e investidores de Santa Catarina, também professores e profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina e da Fundação Universidade Regional de Blumenau, a Furb, numa audiência com o secretário de Desenvolvimento Sustentável, deputado Paulo Bornhausen, juntamente com a secretária-adjunta, com o objetivo de termos em nosso estado a aprovação do projeto de implantação do Selo de Indicação Geográfica. Isso é muito importante para Santa Catarina porque ele terá a finalidade de possibilitar a reorganização produtiva territorial e a geração de emprego e renda.

Apenas para os nossos telespectadores e ouvintes terem uma ideia, quero dizer que, hoje, em Santa Catarina, temos apenas um produto no sul do estado que tem o Selo de Indicação Geográfica. Para haver um paralelo, vejamos que na França são mais de 800 produtos com esse selo que traz inúmeras vantagens para os nossos produtores do estado.

Quero elencar algumas das propostas nessa distinção que é feita a um produto, e o que isso traz de ganho para Santa Catarina:

(Passa a ler.)

"[...]

a) Reativação, criação, reestruturação de empresas catarinenses, que lhes garantirá maior autonomia de sobrevivência, manutenção e geração de novos empregos e renda;

b) Organização ou reestruturação de cadeias produtivas interdependentes de forma cooperada e solidária [...];

c) Criação de entidades representativas, como associações, consórcios, ou cooperativas, de modo a conferir maior força no mercado consumidor para produtores catarinenses, o que também garantirá manutenção e geração de novos empregos e renda."

O projeto, e sobre o qual tivemos a oportunidade de nos debruçar e olhar com carinho, tem a perspectiva de implantar essa indicação geográfica promovendo a organização produtiva em vários produtos. Eu quero destacar alguns deles que já estão em estudo avançado: cristal artesanal, da região de Blumenau e Pomerode; arroz, da região de Gaspar, Blumenau, Brusque, entre outras; artesanato em vime, da região de Rio dos Cedros; cachaça, da região de Luiz Alves; calçados, da região de São João Batista; cerâmica vermelha, da região de Canelinha e Tijucas; chocolate, da região de Blumenau, Pomerode e Joinville; conservas, da região de

Blumenau, Indaial e Pomerode; embutidos, de todo o vale do Itajaí; porcelana de mesa, de São Bento do Sul e Pomerode; queijo fundido, da região de Pomerode; queijos em geral, da região de Nova Trento; suco de uva integral, da região de Nova Trento, têxteis, de todo o vale de Itajaí; vinho da região de Nova Trento; mel, da região de Nova Trento. Enfim, entre outros municípios onde, nesse primeiro momento, já estão sendo elaborados estudos para que conquistem esse selo de indicação geográfica.

Naturalmente que Santa Catarina, conhecida hoje, não somente na perspectiva nacional, mas também internacional pela qualidade e pela diferença de seus produtos, vai ganhar com essa proposição feita, como disse, de forma acadêmica, científica por parte da Universidade Federal de Santa Catarina, e também por parte da Furb, que agora juntam forças para buscar e conquistar junto com o governo do estado, e, naturalmente, ao governo federal, esse Selo de Indicação Geográfica.

Nesse contexto, eu diria, srs. deputados, que é inadiável a busca por um novo e eficaz instrumento de valorização da nossa produção. E é nisso que entra a proposta feita à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, e que esperamos tenha a aprovação e a acolhida necessária por parte do governo do estado.

Nós diríamos, em síntese, que essa proposição, entre outras conquistas, vai possibilitar, em primeiro lugar, a proteção de várias esferas do patrimônio local, desde o saber fazer dos produtos em si, a sua imagem e a sua qualidade, como também a proteção dos próprios produtores.

Em segundo lugar, abre um conjunto de oportunidades para os mercados interno e externo, por se tratarem de produtos de notoriedade e originalidade ímpares que facilitam a identificação e também fidelizam o próprio consumidor.

Em terceiro lugar, temos o aumento do valor agregado desses produtos que servirá de estímulo para novos investimentos nesse setor produtivo.

Por fim, decorrente dessa nova organização produtiva coletiva e do reposicionamento de seu produto no mercado, bem como da coesão entre produtores e comunidades, permite a ampliação, modernização, criação e reativação de novos empreendimentos do respectivo ramo.

É uma proposta para 48 meses - portanto a médio prazo -, num investimento inicial de R\$ 4 milhões ou, para ser mais específico, de R\$ 3,940 milhões, que vai deste bolsas de trabalho para docentes, horas de aulas para professores universitários que irão se dedicar ao projeto, locação de equipamentos, aquisição de material, enfim, manutenção do projeto em geral. E, como tenho dito, vai possibilitar certificar com a indicação geográfica produtos de qualidade diferenciada, cuja produção esteja localizada em todo território do estado de Santa Catarina.

Parabéns a esses investidores, à Universidade Federal de Santa Catarina e à Furb por essa iniciativa. E nós estaremos juntos nessa caminhada pela conquista do

Selo de Indicação Geográfica a produtos do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero somente registrar a presença do prefeito de Bom Jesus do Oeste, Sérgio Luiz Persch, que está visitando esta Casa. O prefeito veio participar

de uma audiência no Deinfra, tendo em vista a sua luta pelo asfaltamento do trecho Maravilha a Bom Jesus do Oeste, que é uma obra importantíssima para o extremo oeste catarinense.

Então, quero registrar a presença do prefeito Sérgio Luiz Persch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dieter Janssen, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

(Pausa)

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre as medidas do governo federal para evitar a desindustrialização.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Comunica viagem a Brasília para audiência pública na Câmara Federal.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Informa que foi escolhido pelo governador novo líder no governo na Casa.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de professor e alunos da Furb.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Abre as discussões sobre a demissão do delegado Cláudio Monteiro e outros episódios de crise na Segurança Pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Pede apoio da base do governo para garantir que a Segurança Pública e a Deic possam atuar de forma autônoma.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Afirma que a Casa não pode fechar os olhos para o que está acontecendo na Segurança Pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Registra a realização de seminário envolvendo todo o setor energético; repudia agressão a uma dirigente sindical durante manifestação em frente a uma fábrica, em Agrolândia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Elogia sindicatos pela realização de seminário para discutir a questão energética.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta os resultados obtidos pelos municípios catarinenses no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Elogia o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Informa a realização de atividade do Fórum Permanente do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais e a II Mostra do Vinho Catarinense.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que a comissão do Mercosul se reunirá com várias personalidades para da questão das Ilhas Malvinas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende o delegado Cláudio Monteiro.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Solidariza-se com o delegado Cláudio Monteiro.

DEPUTADO DIETER JANSEN - Defende a necessidade da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

(Passa a ler.)

“Quero ressaltar importantes decisões tomadas pela nossa presidente Dilma Rousseff, que tanto orgulha mulheres e homens do Brasil. Essas decisões visam a garantir o crescimento e a política de distribuição de renda do nosso país.

Nosso partido já fez menção a essas decisões da presidenta Dilma Rousseff num discurso na semana passada, mas é sempre bom lembrar o quanto vai bem o governo da nossa presidenta, o quanto vão bem as pessoas, os brasileiros e brasileiras que moram em nosso país.

Ontem, para orgulho nosso, a presidenta Dilma Rousseff fez uma visita aos Estados Unidos e foi recebida pelo presidente Barack Obama. O encontro com os empresários, que era para durar 45 minutos, durou uma hora e meia. Nessa visita ela afirmou que tem convicção de que a saída para a crise não está em políticas recessivas nem na supressão de conquistas sociais, pois apenas políticas monetárias não contribuem para a retomada de crescimento.

O Brasil tem ensinado ao mundo que é possível crescer garantindo a melhoria da qualidade de vida de homens e mulheres que constroem a riqueza das nações. E nessa direção forma anunciadas, na semana passada, importantes medidas que recolocam o Brasil na rota do crescimento sustentável.

Quero aqui destacar algumas medidas que influenciam diretamente setores econômicos dos mais importantes para o nosso estado, em especial para o vale do Itajaí e para a minha cidade, Blumenau.

A presidenta Dilma Rousseff anunciou novas ações do Programa Brasil Maior, que faz parte da estratégia de desenvolvimento brasileiro diante da crise internacional que assola os Estados Unidos e a Europa. O governo vai desonerar, vejam bem, a folha de pagamento das empresas para reduzir os custos de produção, de exportação, gerar mais empregos e formalizar a mão-de-obra e o Tesouro Nacional vai compensar eventuais perdas de arrecadação das contribuições previdenciárias.

A contribuição previdenciária patronal que hoje é de cerca de 20% sobre a folha de pagamento será eliminada. Por outro lado, essa desoneração será parcialmente compensada por uma nova alíquota que varia de 1% a 2,5% sobre o faturamento. Essa nova alíquota, catarinenses, não incidirá sobre as exportações. Já as importações sofrerão aumento do

PIS/Cofins correspondente à alíquota sobre o faturamento.

Quinze setores da indústria serão beneficiados com a desoneração da folha de pagamento que deve somar R\$ 7,2 bilhões. As medidas entram em vigor em 90 dias. Entre os setores beneficiados com a desoneração temos importantes segmentos instalados em Santa Catarina, como é o caso da indústria têxtil e de confecções de Blumenau e região.

Além desses, foram beneficiados a indústria de couro e calçados, a de móveis e plásticos, a de material elétrico e autopeças e também os hotéis. Todos de grande abrangência em nosso estado.

O pacote, srs. deputados e sras. deputadas, também inclui a redução de IPI já anunciada pelo governo para o setor da linha branca, de laminados, de papel de parede e de luminárias. Já o Reporto será ampliado para desonerar os impostos e tributos que incidem sobre os investimentos em portos e ferrovias. Além disso, vai incluir os investimentos em armazenagem, máquinas e equipamentos com melhor eficiência energética e sistemas de segurança e de monitoramento.

O governo da presidenta Dilma Rousseff decidiu postergar o prazo do recolhimento do PIS e da Cofins para os setores de autopeças, de têxteis, de confecção, de calçados e de móveis. O pagamento dos impostos de abril e maio será postergado pelo governo federal para os meses de novembro e dezembro.

Foram também ampliados os recursos do setor privado nas ações e serviços de prevenção e combate ao câncer. As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda as doações e patrocínios em favor de associações ou fundações dedicadas à pesquisa e tratamento de câncer. Nesse caso, o impacto fiscal estimado é de R\$ 305,8 milhões em 2013 e R\$ 337 milhões no ano seguinte.

A equipe econômica do governo anunciou ainda medidas de estímulo à indústria nacional por meio das compras governamentais. Bens e serviços nacionais terão prioridade, com margem de preferência de até 25% sobre os produtos importados. O governo estima que investirá R\$ 3,5 bilhões em medicamentos, fármacos e biofármacos nos próximos cinco anos. Já a compra de retroscavadeiras e motoniveladoras consumirão R\$ 400 milhões até dezembro de 2015.

Além dessas medidas, o governo federal decidiu iniciar um processo de redução dos juros bancários, que são abusivos no Brasil. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, a partir desta semana, reduzirão drasticamente os juros dos financiamentos do cheque especial e do cartão de crédito.

Quero parabenizar mais uma vez a nossa presidenta Dilma Rousseff, que tanto orgulha o povo brasileiro pela firmeza e pela coragem, pois tem realmente demonstrado competência e eficiência para conduzir o nosso país.

Quero dizer também que isso é o que o povo brasileiro está sentindo, porque segundo a última pesquisa, o governo da presidenta Dilma Rousseff tem 77% de aprovação do povo brasileiro. Tenho certeza de que o Brasil está no caminho certo, pois, como sempre disse o nosso ex-presidente Lula, é preciso crescer distribuindo renda.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, para que as comissões possam reunir-se e realizar o seu trabalho.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação da final do Projeto de Lei n. 0018/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação da final do Projeto de Lei n. 0031/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0134/201 e 0143/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0135/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0136/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0137/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0138/2012, 0139/2012 e 0140/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0141/2012 e 0142/2012, de autoria do deputado Jailson Lima.

A Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0310/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0331/2012 e 0332/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0333/2012 e 0335/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0336/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0338/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0339/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0340/2012 e 0341/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0342/2012 e 0343/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0334/2012, de autoria do Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem ao superintendente da Oi Celular em Santa Catarina, pedindo a instalação de uma torre de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0337/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem às operadoras de telefonia móvel, TIM, Claro e Oi, pedindo a instalação de torre de telefonia móvel no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 011/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada à presidente do Sititev de Rio do Sul e região, manifestando solidariedade e repúdio à agressão física que sofreu.

O deputado Jailson Lima não está presente, por isso está retirada de pauta a presente moção para que ele possa explicar os fundamentos da mesma.

Moção n. 012/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidente do Sititev de Rio do Sul e região, manifestando solidariedade e repúdio aos atos de violência por ela sofridos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A moção é da bancada feminina desta Casa, sr. presidente, em solidariedade a uma sindicalista que foi agredida física e verbalmente no município de Agrolândia por empresários daquela região quando fazia manifestação em defesa das trabalhadoras de uma confecção.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar essa moção porque não se admite coibir a liberdade de expressão de uma categoria funcional. Inclusive, lá em Joinville mais de 4 mil trabalhadores estão em greve e hoje, pela Constituição, o direito de greve é garantido.

Pela informação que tivemos, a mobilização foi na frente da empresa, e os dirigentes sindicais não podem sofrer esse tipo de agressão. Então, somos favoráveis à moção, pois não queremos que isso aconteça em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em discussão a moção.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0019/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre os apontamentos funcionais nas fichas de conduta de cada um dos policiais e bombeiros militares punidos em razão da participação no movimento reivindicatório ocorrido no período de 22 a 27 de dezembro de 2008.

Deputado Sargento Amauri Soares, para contribuir com v.exa., pergunto se quer aperfeiçoar esse pedido de informação, relatando a questão da anistia. Acho que está mal redigido o texto, pois não fala sobre isso.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, evidentemente v.exa. tem mais capacidade do que este parlamentar para isso, mas li o texto e achei excelente, inclusive porque faz referência à Lei n. 555, que é a Lei da Anistia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0020/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima e outros, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre as providências tomadas na apuração dos fatos a respeito da agressão sofrida pelo presidente do Sítitev de Rio do Sul e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não iremos deliberar os vetos no dia de hoje. No entanto, temos que iniciar a sua deliberação, uma vez que chegaram novos. Com relação àqueles sobre os quais não há acordo, podemos aguardar para votar.

Os vetos opostos a projetos de origem parlamentar serão deliberados na próxima terça-feira, com quórum qualificado. Não há mais como postergarmos, a não ser aqueles vetos que estão carentes de acordo, como o do Tribunal de Contas e mais dois ou três que precisam de entendimento para votação. Os demais serão votados na terça-feira e estão incluídos automaticamente na pauta.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de justificar a minha ausência amanhã e depois neste plenário, porque fui convidada para participar, em Brasília, de uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei n. 2.295, que regulamenta a carga horária dos profissionais da área de enfermagem para 30 horas semanais, projeto esse que tramita há 11 anos no Congresso Nacional.

Como me convidaram para ser a mediadora de uma mesa redonda em que estarão presentes diversos deputados para discutir esse projeto de lei que é de fundamental importância para os profissionais da área de enfermagem, estou apresentando a justificativa da minha ausência no dia de amanhã.

Muito obrigada.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Rapidamente, sr. presidente, gostaria de comunicar à Mesa e à Casa que recebi um convite de sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, para representá-lo como líder do governo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Aceitei o convite e agradei. Fiquei muito honrado, mas quero comunicar a todos que dependo do apoio principalmente dos depu-

tados que compõem a base do governo. Estou muito bem assessorado pelo deputado José Nei Ascari, que é o vice-líder, que tem um conhecimento pleno do funcionamento desta Casa, pois foi muito tempo chefe de gabinete do ex-presidente Julio Garcia e hoje é deputado estadual. Também conto com a compreensão dos nobres companheiros que fazem oposição no Legislativo de Santa Catarina, porque hoje, sr. presidente, todos nós, querendo ou não, somos governo, seja em Santa Catarina, seja em Brasília e passamos por dificuldades semelhantes.

Eu tenho certeza de que o convite que o governador me fez foi uma maneira, sr. presidente, de prestigiar a capital dos catarinenses, assim como fez com a região serrana, ao convidar anteriormente o deputado Elizeu Mattos. Provavelmente, no próximo ano, quem sabe, seja um representante do planalto norte ou do sul do estado. Passa-me pela cabeça que o governador pretende fazer um rodízio de lideranças.

Senti-me muito honrado com o convite e pretendo corresponder à confiança do governador.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar que está entre nós, nas galerias desta Casa, o professor Paulo e a professora Gisele, juntamente com os alunos do 10º semestre do curso de Direito da Furb, que futuramente será uma universidade pública, dando um ensino de qualidade a toda aquela comunidade.

Muito obrigada pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, quero falar também em nome da nossa bancada sobre a questão da Segurança Pública em Santa Catarina, uma preocupação dos srs. deputados, das sras. deputadas, da sociedade catarinense e do nosso partido.

Temos acompanhado nesses últimos anos inúmeros fatos relacionados à segurança pública neste estado, desde a fuga ocorrida no primeiro semestre do ano passado. Temos acompanhado situações gravíssimas como o caso, deputada Luciane Carminatti, de Chapecó, da morte do vereador Marcelino Chiarello, sobre a qual até hoje não houve resposta. Temos acompanhado inúmeros fatos relativos aos policiais, problemas internos, descontentamento da categoria em virtude do mau tratamento.

Nesse final de semana, especificamente nesse feriado, a imprensa catarinense se reportou a questões gravíssimas, sobre as quais esta Casa tem que tomar providências. Felizmente hoje, com os meios de comunicação que existem, jornais, internet e outras formas, a sociedade tem participado e se posicionado sobre esse debate mais de perto.

A partir da demissão do delegado Cláudio Monteiro instalou-se uma espécie de crise na Segurança Pública de Santa Catarina, e essa crise nos preocupa, deputada Ana Paula Lima. Temos conversado sobre isso e não

temos dúvida de que esta Casa precisa acompanhar de perto a situação da Segurança Pública em Santa Catarina.

Não estamos defendendo esse ou aquele delegado, mas Cláudio Monteiro, há pouco tempo, inclusive, foi homenageado nesta Casa como um grande profissional. De qualquer maneira, não estamos defendendo o delegado Cláudio Monteiro, nem a demissão do gerente que denunciou o desvio de motores e peças na região norte do estado, o delegado Jorge Luiz Köppel.

Entretanto, essa situação faz com que a nossa bancada se posicione no sentido de propor a instalação de uma CPI para investigar e acompanhar a crise na Segurança Pública de Santa Catarina.

Não temos dúvida de que existem graves problemas. Hoje novamente a imprensa publicou várias matérias sobre isso. Há pessoas se posicionando, delegados se posicionando, como o delegado Renato Hendges, que é uma das grandes figuras da área da segurança no estado de Santa Catarina, todos perplexos e preocupados com a situação atual. Não queremos acreditar que tudo isso tenha o intuito de intervir, de destruir, de esvaziar, que tem feito um serviço importante nesses últimos tempos, desde desmontar até prender quadrilhas. Com relação à luta contra as quadrilhas que explodem caixas eletrônicas de bancos, tem sido feito um trabalho importante. O que há de fato? Qual é a crise? O que há por trás disso? O que está acontecendo?

Por isso, sr. presidente, estamos propondo, apelando e pedindo aos srs. deputados que esta Casa investigue e acompanhe de perto a situação da segurança pública. A sociedade catarinense está insegura e há um desmanche na Segurança Pública de Santa Catarina. Essa é a grande preocupação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Dirceu Dresch, sua afirmação está comprovada no jornal de hoje, nas palavras do delegado Renato Hendges, que fez uma denúncia, na minha avaliação, muito grave, com relação à intenção da secretaria da Segurança Pública de desativar o programa Guardião que se destina à escuta telefônica e que está instalado e disponível para os policiais de todo o estado.

Disse o delegado:

(Passa a ler.)

“Querem levar uma ferramenta operacional, cuja utilidade já foi comprovada, para atender questões políticas na secretaria da Segurança Pública.”

Então, acho que é muito grave essa afirmação. Nós temos, sim, que construir o apoio dos deputados e quero pedir a assinaturas dos parlamentares da base do governo para a instalação de uma CPI, porque precisamos garantir que tanto a secretaria da Segurança Pública quanto possam atuar de forma autônoma, para garantir a segurança pública.

Já sentimos na pele o que foi a investigação sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó, pois o próprio secretário da Segurança Pública afirmou, na presença de várias autoridades, que a secretaria da Segurança Pública carece de estrutura, de equipamentos e de pessoal para fazer um bom trabalho, confirmando a sua fragilidade.

Então, precisamos, deputado Dirceu Dresch, saber até que ponto aquela secretaria tem autonomia, isenção e vai continuar, sem a figura, deputada Ana Paula Lima, do delegado Cláudio Monteiro, as investigações capitaneadas por esse delegado. Mas o mais grave não é a saída desse delegado, porque ontem mais um profissional responsável por investigações também perdeu o cargo. Assim sendo, a pergunta que se faz é a seguinte: o que está por trás dessas diárias? Será que são apenas diárias indevidas ou será que se está querendo encobrir investigações seriíssimas?

Então, nós, como deputados, temos que contribuir para que a verdade venha à tona.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Dirceu Dresch, parabéns pelo tema. Esta Casa não pode ficar de olhos fechados àquilo que está acontecendo na Segurança Pública de Santa Catarina. Em primeiro lugar, estamos vivendo um estado de insegurança e, em segundo, há denúncias recentes contra vários profissionais da área da segurança, denúncias essas que têm que vir à tona para que se possa verificar qual é o problema. É o delegado Renato Hendges, é o delegado Cláudio Monteiro e ontem mais um profissional saiu da área. Acho que essas pessoas sabem muito, mas elas têm que vir a esta Casa dar explicação sobre o que está ocorrendo na Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Entendo que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem a missão de investigar. E está sendo proposta aqui, não sei se direta ou indiretamente, que seja instalada uma CPI para investigar tudo isso, porque a todo o momento a imprensa está noticiando mais problemas.

Nesse final de semana, deputado Dirceu Dresch, um tenente da PM do município de São Miguel d'Oeste fez graves denúncias ao esquema de insegurança em que vive o nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Quero reafirmar essa questão de que a sociedade catarinense está vivendo um clima de insegurança. Todas as pesquisas de opinião estão mostrando a preocupação das famílias com a falta de segurança.

Então, não podemos aceitar essa situação e precisamos impedir a perspectiva de desmanche da Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fazer, primeiramente, o registro de um seminário que foi realizado nesta Casa e que envolve todo o setor energético.

Sabemos que em 2015 teremos a renovação das concessões por parte das operadoras, sendo que o Sindicato dos Eletricitários está-se mobilizando para fazer um debate sobre a qualidade da energia, como

também sobre todo o processo de automação que tem colocado os trabalhadores numa condição desumana.

Participaram do seminário, que se realizou no plenário desta Casa, também os deputados Dirceu Dresch e Neodi Saretta, ocasião em que os movimentos sociais e os sindicatos trouxeram, com muita consistência, esse tema para o debate, debate esse que não se limita ao setor energético, porque interfere não somente na vida dos eletricitários, mas na vida das pessoas de um modo geral, na medida em que temos que discutir o valor da tarifa de energia elétrica, que é uma das mais caras do mundo, além das condições da geração de energia, posto que estão em jogo a automação do setor e o menosprezo ao trabalho de milhares de funcionários.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputada Luciane Carminatti, de fato, pela manhã participamos de uma parte do debate destinado a pensar num novo modelo tecnológico e energético para o Brasil.

Quero parabenizar o Sinergia e as demais entidades que promoveram esse evento nesta Casa, no dia de hoje. A Alesc contribuiu muito para a realização do Sustentar e de outros eventos que têm discutido a questão da energia renovável, um novo modelo energético e a polêmica dos atingidos pelas barragens, que são os agricultores que moram nas áreas a serem alagadas. Há poucos dias houve uma mobilização por parte desses trabalhadores que se estão organizando e pensando também numa nova perspectiva energética no Brasil.

Assim sendo, quero cumprimentar todos os dirigentes e lideranças que estão aqui e também v.exa. pelo seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Outro registro que gostaria de fazer diz respeito à minha indignação, já manifestada pela deputada Ana Paula Lima e pelo deputado Jailson Lima, com relação à agressão ocorrida em Agrolândia por parte de um empresário do setor de vestuário, em que a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação, Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul e Região, a nossa guerreira Zeli da Silva, participava de uma manifestação em frente a uma empresa naquela cidade, na tarde do dia 4, quando foi covardemente agredida.

Quando tive acesso à foto, e todos podem ter acesso a essa divulgação, fiquei com a impressão de que isso não estava acontecendo. Não é possível que em 2012, quando o Brasil é signatário de várias declarações internacionais para que sejam cumpridas recomendações do ponto de vista do direito trabalhista, previdenciário, de proteção social, de proteção dos direitos da pessoa humana, além de uma Constituição Federal que garante a livre organização sindical, não somente a sindicalização como também a entrada e a livre manifestação no local de trabalho, tenhamos que conviver com tamanha brutalidade.

Não concordo com a tese de que os padrões são do mal e os trabalhadores são do bem. Acredito que já vencemos essa fase. Hoje, o Brasil é governado por uma grande presidenta da República, cujo partido, o PT, com o seu jeito de governar ano após ano, governo após governo, faz com que sentem à mesma mesa empresários e trabalhadores discutindo remuneração, carga horária, direitos trabalhistas e a avaliação necessária pela qual o trabalhador tem que passar.

Portanto, esse espírito grandioso, soberano de uma nação que quer fazer-se respeitar não combina com uma atitude autoritária, agressiva, antidemocrática e ilegal. Está fora de qualquer padrão democrático, está fora de qualquer padrão que combine com o estado democrático de direito.

Faço essa reflexão para também demonstrar o meu repúdio a essa atitude, para solidarizar-me como deputada, como mulher e, acima de tudo, como trabalhadora, com a companheira Zeli. Não podemos permitir que isso ocorra, não podemos permitir que as pessoas não sejam respeitadas pela sua profissão, pela sua participação sindical, pelo seu jeito diferente de olhar o mundo.

Quero manifestar a minha solidariedade e colocar-me à disposição, na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembleia, da Zeli, no sentido de que ela terá todo o nosso apoio. Zeli fez o Boletim de Ocorrência e deve acionar o agressor. Não importa quem seja o agressor, quando agimos com violência, sempre perdemos.

Apoio a luta dos sindicatos, das sindicalistas e também a preservação da vida, acima de tudo!

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Srs. deputados Padre Pedro Baldissera e Maurício Eskudlark, houve um pequeno equívoco na lista dos inscritos. V.Exas. concordam que o deputado Nilson Gonçalves faça uso da palavra, neste momento?

(Os deputados aquiescem.)

Com a concordância dos referidos deputados, com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, sr. presidente. Muito obrigado também aos deputados Maurício Eskudlark e Padre Pedro Baldissera pela deferência. Somos amigos, além de parceiros nesta Casa, evidentemente.

Dando uma olhada nos municípios com maiores índices de gestão administrativa no país, li o seguinte:

(Passa a ler.)

"Se fosse montada uma cartilha resumida apontando os caminhos para uma boa gestão municipal, ela poderia ser resumida em quatro eixos: controle social, planejamento, transparência e responsabilização dos servidores."

Essas seriam as bases para uma grande administração, pelo menos essa é a base para um dos municípios que se destacou em nível nacional como gestor do dinheiro público, a cidade de Maringá, no Paraná, que é a oitava colocada no "ranking" nacional. É o melhor município em termos de gestão no Paraná, sendo lá foi criado um dos diferenciais, que é o Observatório Social de Maringá, dentro da gestão municipal.

(Continua lendo.)

"O Observatório Social de Maringá acompanha em tempo real a execução do Orçamento e indica as necessidades da cidade. O presidente do Observatório conta que os responsáveis por esse acompanhamento são voluntários sem participação político-partidária. Ele afirma que é essa mobilização popular que torna Maringá referência de administração."

Maringá, dentro do "ranking" nacional, está em oitavo lugar e no Paraná é o

primeiro município em termos de gestão municipal.

E aí fiquei curioso para ver como estaria Santa Catarina dentro desse "ranking" de gestão pública. Nessa conjuntura, os municípios de Santa Catarina, para minha surpresa, apresentaram um quadro de ótima gestão fiscal em 205 municípios. Eles foram avaliados com gestão fiscal excelente ou boa, a segunda maior proporção entre os estados brasileiros. O estado colocou 69 municípios entre os 500 maiores resultados do país, numa proporção superada apenas pelo Rio Grande do Sul.

De modo geral, o quadro fiscal dos municípios catarinenses se caracterizou por baixo comprometimento com a folha de salários, eficiente administração de restos a pagar e elevados investimentos. Prova disso é que os municípios de Santa Catarina apresentaram médias no IFGF Liquidez e IFGF Gastos com Pessoal acima do resultado brasileiro, e a segunda maior média do país no IFGF Investimentos. Além disso, em Santa Catarina nenhum município apresentou gastos com pessoal superiores ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que para mim foi uma surpresa, até pelo número elevado de municípios que vimos nesse "ranking".

No "ranking" catarinense, em primeiro lugar está o município de Balneário Camboriú, sendo que no Brasil ele ocupa o 11º lugar. Bombinhas está em segundo lugar em Santa Catarina e em 26º em nível nacional. Porto Belo está em terceiro em Santa Catarina e em 40º em nível de Brasil. Itapoá está em quarto lugar em no estado em 41º no país. São Carlos está em 5º lugar em Santa Catarina e em 47º nacionalmente. Já Garopaba ocupa o 6º lugar em Santa Catarina e o 48º em nível de Brasil. Timbó ocupa o 7º lugar em Santa Catarina e o 53º no Brasil. Campo Alegre ocupa o oitavo lugar em nível de Santa Catarina e o 70º em nível de Brasil. Criciúma ocupa o nono lugar em Santa Catarina e o 72º em nível de Brasil e Balneário Arroio do Silva ocupa o 10º lugar em Santa Catarina e o 74º no país.

Uma coisa que me chamou bastante a atenção também foi que, ao contrário do que se poderia esperar, as capitais não apresentaram preponderância nos resultados nacionais. Apenas sete ficaram entre os 500 melhores resultados do país: Porto Velho, por incrível que pareça, Vitória e Porto Alegre, únicas capitais avaliadas com gestão fiscal de excelência, seguidas por São Paulo, Curitiba, Campo Grande e Florianópolis. Os três últimos lugares no "ranking" das 26 capitais ficaram com Natal, Macapá e Cuiabá.

Se formos analisar o índice de responsabilidade daqueles que dirigem os nossos municípios, esse levantamento nos dá um alento bastante grande em nível de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu cedo a palavra para um dos melhores prefeitos de Santa Catarina e hoje meu parceiro de Assembleia Legislativa, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Nilson Gonçalves, como sempre v.exa. faz um discurso dessa tribuna com conteúdo. Eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, além disso, indagar qual foi o instituto - eu não prestei atenção no início e desculpe a minha falta de atenção - que fez esse trabalho, porque é importante para nós, parlamentares, e para todo o Brasil conhecer como está a eficiência das administrações públicas municipais no Brasil.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Foi a Firjan, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Uma instituição confiável, com certeza!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu tive a curiosidade de procurar saber como Santa Catarina estaria colocada nesses índices e causou-me bastante surpresa ver que no estado não há nenhum município que extrapole o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à folha de pagamento, o que é muito importante!

É necessário frisar também que esses municípios catarinenses estão em primeiro lugar principalmente devido ao fato de serem cidades com alta relevância turística. Por isso também têm esse faturamento bastante alto dentro daquela análise feita pela Firjan.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento e obrigado pelas informações.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se por acaso algum deputado tiver interesse, tenho o material em mãos e posso pedir à assessoria que faça uma fotocópia e entregue aos colegas que tiverem interesse.

Eu teria outro assunto muito interessante para abordar, sr. presidente, mas o tempo já conspira contra a minha pessoa, pois somente disponho de 33 segundos. Portanto, quero mais uma vez agradecer aos deputados Maurício Eskudlark e Padre Pedro Baldissera por terem-me dado essa oportunidade de falar antes das 17h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, que fez uma troca com o deputado Maurício Eskudlark e tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, desde já quero agradecer a gentileza do deputado Maurício Eskudlark.

Aproveitamos a nossa vinda à tribuna, sr. presidente, para trazer presente duas atividades importantes que realizamos através do nosso mandato nesses últimos dias. A primeira delas, depois de instalado o Fórum Permanente do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, foi o agendamento de duas atividades em dois municípios do estado.

No dia de ontem estivemos reunidos no município de Schroeder com várias lideranças locais e regionais dialogando a respeito da organização desse seminário que irá acontecer no dia 26 de abril, portanto, no fim deste mês. Numa parceria com várias organizações e entidades dos municípios que compreendem aquela região, estaremos novamente fazendo esse grande e importante debate que envolve a questão das águas profundas e, ao mesmo tempo, das superficiais. Esse seminário, além de levar conhecimento a essas regiões, listará ações práticas, concretas, destinadas ao cuidado que devemos ter com as águas superficiais e com as águas profundas.

Além de compreender e entender a formação do próprio aquífero, é preciso despertar não somente nas lideranças, mas também nas gerações mais novas - porque são elas que, no futuro, irão usufruir deste grande e importante bem que é a água -, que, além de preservar, devemos implementar ações que,

efetivamente, leve-nos a preservar tanto a água superficial, como a água profunda.

É claro que temos que mudar de atitude e não adianta esperarmos que os governos o façam. Nós temos que fazer a nossa parte como cidadãos e cidadãos que somos. Ninguém pode omitir-se, porque são as pequenas ações que farão com que se mude a concepção e a própria realidade.

Outro tema também importante trata de outro líquido, que é o vinho. Realizaremos, aqui na Assembleia Legislativa, a II Mostra do Vinho Catarinense. Já fizemos a primeira, no ano passado, em homenagem ao Dia do Vinho, que se comemora em nosso estado no primeiro domingo do mês de junho. Antecipando-nos a essa data e fazendo com que se dê maior publicidade e divulgação àquilo que produzimos no estado, realizamos a mostra sempre na quarta-feira da semana que antecede esse dia. Dessa feita realizaremos na Assembleia, no dia 30 de maio, a II Mostra do Vinho Catarinense, com maior abrangência, porque na primeira não conseguimos fazer com que todas as diferentes regiões que produzem vinho participassem.

Agora, sr. presidente, já na primeira reunião de organização da II Mostra do Vinho Catarinense tivemos a participação de todas as regiões e também da Cresol e do Sindicato dos Vinhos, o Sindivinho, além de produtores e de outras entidades.

Na primeira mostra mais de 200 pessoas se fizeram presentes e passaram pelos estandes, no hall desta Casa, mais de 700 pessoas durante o dia, fazendo visitas e dialogando com as pessoas que estavam realizando a mostra.

Portanto, esperamos que no dia 30 de maio tenhamos um grupo maior ainda. E pelo fato de ter sido extremamente positivo o primeiro ato de preparação, acreditamos que nesse segundo teremos muito mais pessoas participando desse evento que procura prestigiar toda a cadeia produtiva da uva no estado de Santa Catarina.

Sabemos da sua importância e que muitas famílias vivem dessa atividade. Ao mesmo tempo, além de gerar renda para a família, ela contribui na movimentação da economia, seja do município, do estado ou da região. Portanto, é uma atividade extremamente positiva, e queremos que ela de fato represente aquilo que se produz em nosso estado, notadamente o vinho produzido em Santa Catarina.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer um convite a todos os deputados. Hoje, às 18h, a comissão do Mercosul, que é presidida pelo deputado Dóia Guglielmi, vai-se reunir com o ministro Emílio Julio Neffa, cônsul da Argentina, juntamente com vários professores da Universidade Federal de Santa Catarina, para falar sobre as Ilhas Malvinas.

Então, quero convidar os deputados para participarem da reunião e dizer que eu, em 1982, vivi a guerra da Ilha das Malvinas, uma vez que estava morando na Argentina. Então, para mim esse é um assunto muito importante,

até tendo em vista que eu sou meio argentino. *Entonces*, convido todos os srs. deputados a participarem da reunião.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica feito o convite do deputado Kennedy Nunes e aproveito a oportunidade para convidar todos os deputados para participarem da sessão solene de hoje, às 19h, quando será concedido o título de mCidadão Catarinense ao nosso colega, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, hoje o assunto mais tratado nesta Casa é a questão da segurança pública. Eu, com os meus 30 anos de carreira policial, não poderia furtar-me de debater esse assunto que vejo como muito importante para a sociedade catarinense.

Primeiramente, quero ratificar tudo o que já disse de forma escrita e falada a respeito do delegado Cláudio Monteiro, que é um profissional íntegro e um grande policial. Tenho certeza de que sua família sentiu muito quando ele esteve longe participando de muitas operações. Inclusive, não houve pagamento de diária a nenhum policial. Então, ele é um policial competente, dedicado e respeitado pelos seus colegas, pela sua forma firme de conduzir as investigações, mas também pelo companheiro e parceiro que é, porque é muito fácil julgar um policial que fica atrás de uma mesa, no ar-condicionado, sem participar do confronto, do risco de vida e da importância de uma operação na madrugada.

Portanto, lá dentro do convívio policial existe muito mais do que uma relação profissional: existe uma relação de família, de sangue e de respeito, com um arriscando a vida pelo outro. E o delegado Cláudio Monteiro, como quase toda a equipe da Segurança em nosso estado, tem essa relação. Nós sabemos da importância da união, do trabalho e de ter companheiros com os quais se pode contar na hora em que mais se precisa.

Ele sempre conduziu o Deic de forma transparente. Como disse um policial ao falar sobre uma investigação que estava sendo realizada, na qual apareceu o nome de um figurão, ao relatar o problema ao delegado Cláudio Monteiro, ele disse na gíria policial: "Toca o pau". Nem quis saber quem era e o que havia feito, mas se estava errado, tinha que investigar. Isso demonstra o caráter, a determinação, a vontade de trabalhar sem perguntar a quem iria atingir, sempre visando à defesa do estado.

Por isso, entendo que o momento foi inoportuno. Se queriam substituí-lo - e têm esse direito, deputado Jailson Lima -, que o chamassem e fizessem-no com dignidade, perguntando-lhe onde queria trabalhar. Se não definissem dessa forma, ele tem a sua lotação definida em lei e poder-se-ia fazer a troca sem a necessidade de exposição da pessoa, porque o servidor público é um trabalhador que tem família, tem colegas e tem admiração das pessoas.

Assim, entendo que o momento foi inoportuno, pois quando ele deu a declaração firme na direção do combate ao crime, dizendo que se a marginalidade viesse a Santa Catarina seria repelida com o rigor necessário, ele usou outras palavras: "Se vierem para o confronto, vão morrer!" Ele disse isso no calor do momento, no calor das prisões, depois de uma noite de trabalho. Então, entendo que o momento foi inoportuno, pois trouxe constrangimento a esse policial, a sua família.

Como disse no início, quantos trabalhos e quantas noites ele trabalhou sem diária. Essa história da diária ele tem que responder, mas não em público, não sendo escrachado e condenado antecipadamente. Ele é um grande profissional que poderia, sim, ter sido substituído, ter sido mandado para outro local. Nós, profissionais da Segurança, estamos lá para trabalhar.

Há 60 dias o governo do estado assinou com 30 prefeituras, deputado Nilson Gonçalves, os convênios para a implantação das câmeras de segurança. Pelo que sei em nenhum município ainda foram instaladas. Há tantas ações são importantes a serem realizadas, mas entendo que o mais importante é tratar com respeito, com dignidade especialmente o policial civil, que tem sido, de forma geral, o mais atingido nessas questões da Segurança Pública.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Com satisfação, ouço o deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Inicialmente, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento, porque o delegado que está sendo escrachado publicamente pelo governo é um profissional de boa índole. Tenho uma cunhada que é delegada em Rio do Sul, conheço um comissário que é nosso vereador e ambos teceram elogios ao trabalho do delegado Cláudio Monteiro. Porque não apenas ele, mas também a sua família foi atingida por não lhe permitirem o direito de resposta.

Sei que v.exa. é um deputado da base do governo e do partido dele. Secretário nomeia, mas quem coloca no cargo é o governador, assim como foi ele quem retirou. Esse delegado reconheceu o equívoco administrativo com as diárias, mas não podem tirar da sua vida, da sua história profissional todo o seu bom desempenho, que foi enaltecido em todos os jornais e nas redes sociais. Ele apenas quer ter o direito de defesa. O que mais se destacou é que a causa foram as diárias. Quantas vezes um deputado vai a Brasília, recebe a diária, não fica todo o período e quando volta, devolve. Isso já aconteceu comigo e com outros parlamentares, assim como já ocorreu de eu programar uma viagem, mas em função de um problema aéreo ela não acontecer e eu estornar as diárias.

Hoje mesmo, na coluna do jornalista Moacir Pereira, foi publicada uma matéria assinada por um segundo-tenente, se não me engano, da Polícia Militar, enaltecendo o papel do delegado Cláudio Monteiro. E não lhe permitem o direito de defesa, simplesmente dizem que ele está sendo demitido por equívocos administrativos. Mas temos que analisar porque, se for necessário, posso citar aqui, no mínimo, 100 equívocos administrativos deste governo e muito mais graves. Mas o governo não toma uma posição, não diz nada!

Por isso, quero declarar a minha solidariedade ao dr. Cláudio Monteiro, à sua família, e parabenizo v.exa. porque além de deputado é um profissional da categoria e conhece o nível de estresse a que é submetido um policial civil. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Jailson Lima, o objetivo de todos nós é vermos um estado melhor, mais tranquilo, mais seguro.

Que servidor público até hoje não devolveu uma diária? Muitas vezes a pessoa programa uma viagem, acontece um fato superveniente e a pessoa retorna antecipa-

mente ou não faz a viagem. E tudo isso é um direito, fazer a devolução da diária é um direito, só não havia necessidade de ser dessa forma e pela imprensa.

A Polícia Civil fez grandes avanços, conseguiu um laboratório contra a lavagem de dinheiro e, pelo que sei, ainda não foi implantado; o sistema Guardião tem que ficar na Polícia Civil porque é um grande instrumento de investigação policial, é o sistema que faz o monitoramento das escutas do trabalho policial. Então, tudo isso tem que ser feito em defesa da Polícia Civil de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel.

(Pausa)

Na ausência do deputado Gilmar Knaesel, com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente e srs. deputados, nossa fala de hoje vem ao encontro do assunto levantado pelo deputado Jailson Lima na parte da manhã e que acompanhamos pela imprensa. Por isso, queremos parabenizar o governo federal pela atitude.

Há dez anos, quando éramos secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, já criticávamos os juros elevados cobrados pelos nossos bancos. Então, houve uma alteração por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, ou seja, a diminuição dos juros. Estava olhando o extrato bancário da minha conta e percebi que o Banco do Brasil chega a cobrar 9% de juros ao mês dos seus clientes, o que, com certeza, dificulta o acesso ao crédito. O pequeno empresário e o microempresário que necessitam de uma pequena linha crédito, às vezes, por um sufoco, por uma folha de pagamento, um apoio no seu caixa, um juro muito alto.

Então, houve uma diminuição de até 67% na taxa do cheque especial por parte do Banco do Brasil, chegando a 45% a diminuição dos juros praticados pela Caixa Econômica Federal, na questão da compra de bens e serviços. Na aquisição de bens, então, você vai comprar uma geladeira, um eletrodoméstico no comércio, enfim, no caso do parcelamento você, com certeza, terá uma grande diferença no total do bem adquirido.

Então, como coloquei aqui, para o nosso pequeno empresário, o nosso consumidor final será com certeza mais interessante na hora de acessar o crédito. Isso vem afirmar o pensamento da nossa presidenta, do governo federal, em fazer essa diminuição.

Com relação à desindustrialização, na semana passada a classe empresarial obteve uma série de conquistas, pois o governo federal tomou medidas com vistas a melhorar a condição de competitividade dos produtos brasileiros. Com certeza, é um apoio importante, que vem numa hora em que passamos por um período de adaptação. Há países que remetem os seus produtos e disputam mercado com o produto nacional. Então, acho que é um apoio bastante importante e vem fazer com que a indústria possa ter mais condições de chegar mais perto do bolso do brasileiro.

Defendemos também, na mesma linha de apoio à nossa indústria, a geração de emprego para a população. No geral, defendemos a reforma tributária, pois os bancos captam muito barato e colocam no

mercado com juros de 9%. Então, os bancos tinham um lucro muito alto.

Defendemos também a questão da reforma tributária, só que para isso precisamos de mais espaço e vamos trazer o assunto num próximo momento.

Esse é um assunto que precisa ser discutido, a fim de fazer com que todos paguem seus impostos para que o nosso Brasil consiga arrecadar mais. Hoje, quase 50% do mercado estão na informalidade. Então, precisamos trazer as empresas e as pessoas que gostariam de estar em dia com o fisco para a formalidade, ou seja, temos que fazer com que consigam recolher os seus impostos em dia. Porque assim, nós, com certeza, teremos um Brasil com mais arrecadação, todos pagando

menos, mas com a soma dos impostos aumentando a arrecadação. Inclusive, colocamos na nossa audiência da saúde, na semana passada, que dali poderiam vir os recursos necessários para investir mais e fazer a correção da tabela do SUS, que está tão defasada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a

participação dos funcionários da Casa que contribuíram para que a sessão pudesse desenvolver-se normalmente, especialmente aqueles que trabalharam no interior do plenário; aos policiais militares que nos deram a devida segurança; às simpáticas assessoras da Mesa Diretora, que nos deram o respaldo necessário para o nosso trabalho, e aos telespectadores da TAVL que acompanharam a nossa programação.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, solene, para as 19h, para concessão do título de Cidadão Catarinense ao deputado Reno Caramori.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO SOLENE

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE AO SENHOR

RENO LUIZ CARAMORI

SUMÁRIO

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra o merecimento do deputado Reno Caramori do título de Cidadão Catarinense.

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI - Transmite o orgulho de toda a família Caramori pela homenagem recebida pelo deputado Reno Caramori.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta a sua trajetória política e agradece as homenagens recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene para concessão de título de Cidadão Catarinense ao sr. Reno Luiz Caramori.

Convido os excelentíssimos deputados José Milton Scheffer e Marcos Vieira para recepcionarem as autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor José Natal Pereira, secretário de Turismo, neste ato representando o governador do estado João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor João Henrique Blasi, desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, ex-deputado desta Casa, que nos honra com sua presença;

(Palmas)

Prezado deputado Moacir Sopelsa, primeiro-vice-presidente desta Casa;

(Palmas)

Excelentíssimo deputado Jailson Lima, primeiro-secretário desta Casa;

(Palmas)

Excelentíssimo deputado Antônio Aguiar, terceiro-secretário desta Casa;

(Palmas)

Excelentíssimo deputado Silvio Dreveck, líder da bancada do PP;

(Palmas)

Excelentíssimo deputado Nilson Gonçalves, segundo-vice-presidente desta Casa;

(Palmas)

Excelentíssimo homenageado desta noite, prezado e querido amigo, deputado Reno Caramori;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada pela Mesa Diretora, em atendimento à proposição dos deputados da bancada progressista e com aprovação dos demais parlamentares, para concessão de título de Cidadão Catarinense ao sr. Reno Luiz Caramori.

Esta Presidência registra a honrosa presença nesta sessão solene das seguintes autoridades:

Deputados Romildo Titon, Carlos Chiodini; Dieter Janssen, Marcos Vieira e Darci de Matos;

Secretário de estado da Agricultura e da Pesca, deputado federal João Rodrigues;

Senhor Danúcio Silva, diretor de Comercialização e Negócios, neste ato representando o senhor Enori Barbieri, presidente da Cidasc;

Prezada amiga, vereadora Sirley Ceccatto, presidente da Câmara de Vereadores do município de Caçador;

Representantes dos Bombeiros Voluntários do município de Jaraguá do Sul, Caçador, Ascurra, Jaguaruna, Concórdia, São Francisco do Sul e Guaramirim;

Senhor Antônio Rubiano Schmitz, vereador do município de Caçador;

Prezado Renato Timm, presidente da Câmara Italiana de Comércio e Indústria de Santa Catarina;

Senhor Jair de Oliveira Carneiro, neste ato representando o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 4ª Região;

Senhor Aliduíno Zanella, presidente da Federação das Entidades Ítalo-Brasileiras do Meio-Oeste e Planalto Catarinense - Feibemo;

Senhor Alberto Gonçalves, presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo - Abrajat;

Senhor Flávio Flores, presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais;

Senhor Paulo Von Dokonal, diretor-executivo, neste ato representando Marcos Antônio Zordan, da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc;

Vereador Marcelo Falchetti, presidente da Câmara Municipal de Treze Tílias.

Por fim - deveria ser o primeiro, mas deixei para citá-lo por último em homenagem ao deputado Reno Caramori -, seu irmão e prezado amigo José Cláudio Caramori, prefeito de Chapecó, que logo em seguida ao deputado Silvio Dreveck, quebrando o protocolo, também lhe prestará uma homenagem.

Convido agora para fazer uso da palavra o prezado deputado Silvio Dreveck, líder da bancada do PP nesta Casa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio; dr. João Henrique Blasi, desembargador do Tribunal de Justiça; sr. José Natal Pereira, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo, permitam-me em seus nomes saudar os eminentes deputados que compõem a Mesa e os demais deputados.

Gostaria de saudar, de uma maneira um pouco saudosista, em nome do ex-deputado e ex-conselheiro do Tribunal de Contas, Gilson dos Santos, todos os ex-colegas desta Casa, as demais autoridades e os convidados do colega Reno Luiz Caramori.

Sempre é difícil falar num momento em que estamos concedendo um título a uma pessoa que merece o título não somente por ser deputado, mas pela pessoa que é, tanto para o Parlamento quanto para nós, catarinenses.

Por isso, deputado Reno Caramori, em nome da Bancada Progressista, quero agradecer a todos os colegas deputados que propuseram a concessão deste título a v.exa., aprovada por unanimidade nesta Casa.

Portanto, muito obrigado a todos.

Deputado Reno Caramori, v.exa. é um deputado exemplar, um homem público exemplar, uma pessoa exemplar pela sua honestidade, sua capacidade e seu trabalho. Um homem solidário, leal, autêntico, que exalta o Partido Progressista, que enriquece o Parlamento catarinense e todos nós.

Sua vida pública iniciou em Santa Catarina, mas v.exa. nasceu no município de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul. V.Exa. construiu não somente a sua vida em Caçador, mas também deu uma grande contribuição ao município, bem como ao meio-oeste e a muitos municípios catarinenses. E, acima de tudo, neste Parlamento, v.exa. tem desempenhado um trabalho que dignifica o Poder Legislativo e os catarinenses.

Não por menos, vemos aqui uma faixa com os dizeres "Os Bombeiros Voluntários de Joinville parabenizam o deputado Reno Luiz Caramori pelo título de Cidadão Catarinense", porque v.exa. tem sido um porta-voz em Santa Catarina, e não é de hoje.

Estou, neste Parlamento, pelo quinto ano, mas mesmo antes já ouvia a sua voz em defesa da implantação da Universidade do Estado de Santa Catarina no meio-oeste, mais precisamente em Caçador. Assim como v.exa. deu também a sua contribuição como prefeito ao município de Caçador. E está aqui no sexto mandato como deputado estadual.

Mas, além de exercer este mandato, v.exa. participa ativamente das comissões constituídas nesta Casa, presidindo as comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

V.Exa. presidiu a maior instituição no que diz respeito aos municípios catarinenses, que é a Fecam - Federação Catarinense dos Municípios de Santa Catarina. Também presidiu a Amarpe - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe -, a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe, a UnC. E eu poderia aqui discorrer a sua trajetória em todas as comissões em que atuou, neste Parlamento.

Quero ainda destacar, para resumir, que v.exa., além dos trabalhos nesta Casa, recebeu o reconhecimento de vários municípios de Santa Catarina, a exemplo do título de Cidadão Honorário dos municípios de Santa Cecília, Fraiburgo, Calmon, Imbituba, Caçador, e de Cidadão Serritense. E hoje v.exa. recebe o título de Cidadão Catarinense.

Deputado Reno Luiz Caramori o título que v.exa. recebe é justo, meritório pela sua história de homem público, de cidadão catarinense, mas, acima de tudo, pelo bom exemplo que v.exa. é para todos nós. Oxalá possamos seguir os seus passos com a sua sinceridade, humildade, capacidade de compreender e ser autêntico.

Somente nos resta dizer, deputado Reno Luiz Caramori, que Santa Catarina tem orgulho de v.exa.

Obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de prosseguir, também queremos destacar a presença nesta Casa do deputado Valmir Comin e ratificar a homenagem ao nosso conselheiro Gilson dos Santos, sempre deputado e ex-presidente desta Casa. Pedimos desculpas por não tê-lo citado no início, foi uma falha do protocolo.

Neste momento, como já anunciado, vamos fazer uma pequena quebra de protocolo, absolutamente legítima, para que José Cláudio Caramori, irmão gêmeo do deputado Reno Caramori, possa fazer uso da palavra. E quero

dizer que ambos possuem a mesma ideia, o mesmo cabelo, o mesmo bigode.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI - Boa-noite senhoras e senhores!

Obrigado, sr. presidente, pela deferência, pela alegria e pelo privilégio de, neste momento, poder expressar os sentimentos da nossa família. Quero agradecer, em nome da d. Rosa Caramori, nossa querida mãe, com 92 anos de idade, que está aqui firme. Vejam vocês que a nossa família vai longe!

(Palmas)

Represento também, *in memoriam*, o nosso querido pai Antônio Caramori, que já não está mais conosco, além da Lorena, da Leda, dos nossos cunhados e cunhadas. Falo também, em nome da Denise, esposa do querido irmão Reno Caramori, e em nome do Reninho, da Marion, do Felipe e das adjacências, pois temos outros familiares que já se incorporaram a família.

Em meu próprio nome, quero saudar o deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa Legislativa, estendendo a saudação a todos os srs. deputados que compõem esta mesa diretiva.

Saúdo também o querido amigo deputado João Rodrigues, secretário da Agricultura; o desembargador dr. João Henrique Blasi, que representa o Judiciário; o dr. José Natal Pereira, que representa o governador do estado de Santa Catarina João Raimundo Colombo. E, cumprimentando-os, estendo a saudação a todos os demais deputados, a todos os bombeiros voluntários presentes, aos nossos familiares que nos acompanham, à tia Tere e a todos aqueles que vieram trazer o seu carinho, o seu abraço fraternal, e também aos nossos amigos de infância de Caçador.

Neste momento, até treinei a voz para ficar igual a sua porque sou seu seguidor e tenho o dever, Reno, de expressar os sentimentos dos nossos familiares e tenho certeza de que posso fazê-lo, mas não sem antes fazer o agradecimento à bancada do PP que teve a feliz ideia de prestar-lhe esta homenagem no seu sexto mandato de deputado estadual, com um mandato de prefeito e mais de 30 anos, quase 40, dedicados à vida pública.

Muito obrigado, srs. deputados, que prontamente e por unanimidade aprovaram a concessão do título. Faço esse agradecimento em nome de toda a nossa grande família.

Reno, o nosso sentimento por ti é mais do que carinho de irmão, de mãe, de irmã, de esposa, de filhos, de netos, de primos, de tios e tias, é um sentimento de respeito, de amizade, de reconhecimento pelo trabalho que você fez ao longo de toda a sua trajetória e continuará fazendo e haverá de fazer ainda, seguramente, por muitos anos. Você tem força para isso, tem obstinação!

Olhando para você, com esses seus cabelos brancos, podemos voltar um pouquinho na história de Florianópolis, município de Getúlio Vargas, Viamão, Bagé, sua trajetória no Rio Grande do Sul, depois Caçador, e de Caçador para todo o trabalho que desenvolve no estado de Santa Catarina. E essa sua trajetória exemplifica, peço licença a todos os senhores, a saga de uma família que veio como pioneira lá na década de 1940, aproximadamente, tia Tere, quando s. Silvino foi o primeiro a vir para Santa Catarina puxando seus irmãos, o vô Luís, enfim, toda a sua família.

O Reno, que poderia ter sido veterinário, zootecnista, técnico agrícola, contabilista, transformou-se num político representante da família e de toda uma grande região.

Esse tempo todo em que você desenvolveu e desenvolve o seu trabalho, sempre pautou pela seriedade, pela honestidade, e tenho certeza de que todos aqui são testemunhas disso, do jeito simples do Reno antes, durante e depois das eleições, do jeito amigo, do coração maior do que ele, deixando até muitas vezes a sua família de lado. A Denise, sua companheira, sabe muito bem, desde o primeiro instante, do sacrifício que é a vida de um político, do sacrifício que você passou e fez também sua família passar em benefício de toda uma sociedade.

Toda a sua trajetória foi calcada na sinceridade, na honestidade, e as palavras, deputado Silvio Dreveck, que v.exa. proferiu em nome da bancada seguramente expressam todo esse sentimento, e é assim que nós o vemos, Reno. O mesmo Reno de sempre. O Reno declamador, o Reno corredor de 100m, não era fácil alcançá-lo. O Reno que se preocupava sempre mais com os outros do que consigo. O Reno da lambreta, do jipe, do DKV, do corcel, das corridas do automobilismo. Vocês, voluntários bombeiros, e há caçadorenses aqui, lembram muito bem de todas essas histórias, como eu também, que ainda muito jovem morava lá. Mas para desespero da d. Rosa, que ficava apavorada, o Reno tinha essas emoções.

Não é somente a sua semelhança que nos lembra Charles Bronsson, mas também sua trajetória, menos nas armas, mais nas emoções, este é o nosso querido irmão Reno Caramori.

Então, Reno, nessas simples palavras com o agradecimento à Mesa Diretora por nos ter concedido a quebra do protocolo, a expressão do sentimento da sua mãe, dos seus irmãos, da sua esposa, dos seus filhos, das suas netas, dos seus cunhados e cunhadas, tios, primos, fica aqui a nossa homenagem a você.

Parabéns por tudo que você fez, por tudo que você faz e por tudo que ainda poderá fazer por Santa Catarina.

Não sei se lhe chamo de Reno amigo ou de amigo Reno, mas com certeza hoje amigo catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido a mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, para discorrer sobre o homenageado.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, faremos o registro das mensagens de congratulações ao deputado Reno Caramori, justificando o não comparecimento a esta sessão:

Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador;

Sra. Marlise Fleck Roveda;

Lucir Telmo Christ e família, de Caçador;

Antenor Moro, de Caçador;

Vilmar Gross e Família, de Florianópolis;

Luiz Vicente Suzin, presidente da Fecoagro;

Ivan Ramos, diretor executivo da Fecoagro;

Cortume Viposa - Caçador;

Vereador Edgair Antônio Scheffer - Câmara Municipal de Matos Costa;

Marcelo Tomé Martins e família - Caçador;

Sérgio Amorim e família - Caçador;

Senador Casildo Maldaner - Brasília;

Shirley Cavalheiro - Caçador;
Denilson Araújo de Farias - Caçador Atlético Clube;
Ivo Santos de Amorim, de Florianópolis;
Álvaro Ribas Dourado, Cidasc - ADR de Caçador;
Norberto Geraldo Balestrin e família - Caçador;
Jair Bolzani - Curitiba;
Vereador José Angelo Bordin - Câmara de Vereadores de Erval Velho;
Nelci Fátima Trento Bortolini - prefeita de Água Doce;
Bento Garcia Júnior - Curitiba;
Vereador Nilvo Antônio Dalla Costa - Câmara Municipal de Tangará;
Deputado Aldo Schneider - Florianópolis;
Carlos Alberto Balvedi - diretor superintendente da Sincol Indústria e Comércio, Caçador;
Celso Marini e família - Caçador;
Aliduino Zanella - presidente da Feibemo - Caçador;
Egídio Ceccato - presidente do Sicoob - Caçador;
Vice-prefeito Joventino de Marco - presidente do diretório do PP - Joaçaba;
Mário Petrelli - Florianópolis;
Doreni Caramori Júnior - presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis;
André Peruzzolo - Caçador;
Deputado federal Onofre Santo Agostini - Brasília;
Marville Morona - presidente do diretório municipal do PP - Caçador;
Aurélio de Bortolo - Caçador;
Fahdo Thomé Neto - Caçador;
Osvaldo Thomé e família - Caçador;
Ernesto Faoro e família - Caçador;
Constante Luiz Favarin - Caçador;
Auri e diretoria da Acic - Caçador;
Rosecler Faoro - Rotary Clube Sul Contestado de Caçador;
Clóri Basso - secretário do Rotary Clube de Caçador;
Agostinho Magro - presidente do Rotary Clube de Caçador.
Algumas palavras sobre o deputado Reno Luiz Caramori.

O Sr. deputado Reno Luiz Caramori nasceu em 20 de janeiro de 1946, em Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul. Ainda jovem mudou-se com a família para Caçador, iniciando ali a sua vida política. Foi prefeito do município entre 1977 a 1983 e presidente de várias associações.

Cidadão honorário de vários municípios catarinenses e deputado estadual desde 1991 até os dias de hoje, perfazendo seis legislaturas consecutivas. Nesta Casa ocupou o cargo de presidente de várias comissões permanentes e atualmente é o segundo-secretário da Mesa.

Convido o exmo. sr. deputado Gelson Merisio, presidente deste Poder, acompanhado do deputado Silvio Dreveck, para fazer a entrega do título de Cidadão Catarinense ao sr. Reno Luiz Caramori.

(Procede-se à entrega do título.)

(Palmas)

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina homenageia o catarinense

Reno Luiz Caramori pela meritória vida pública, pelo exemplo de coerência, dignidade, grandeza e sabedoria com que atua neste Parlamento, destacando seu trabalho, sua dedicação e seu empenho no desenvolvimento e no engrandecimento do estado de santa Catarina.

Convido todos os deputados presentes para fazer a entrega da placa do Poder Legislativo ao catarinense Reno Caramori.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O povo de Caçador também presta uma homenagem ao catarinense deputado Reno Luiz Caramori através de seus representantes.

Convido a presidente da Câmara de Vereadores, sra. Sirley Cecatto, acompanhada do vereador Antônio Rubiano, para fazer a entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra o catarinense sr. deputado Reno Luiz Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO LUIZ CARAMORI - Quero, primeiramente, agradecer os meus colegas, o meu presidente, que tiveram a ideia de submeter o meu nome à apreciação do Parlamento para me admitir como catarinense. Se bem que o Rio Grande também dá coisa boa para Santa Catarina e os catarinenses reconhecem. Não sei se é para responsabilizar. Pode ser isso. Mas meus agradecimentos sinceros à minha bancada e a todos os srs. deputados que nos prestigiam.

Quero cumprimentar minha querida família, em nome de minha mãe. Preparei algumas linhas, srs. deputados, senhoras e senhores, agradecendo essa belíssima representação dos Corpos de Bombeiros Militar e Voluntários de Santa Catarina. Vejo aqui presente várias corporações do estado e eu as cumprimento em nome do meu grande amigo, nono dos bombeiros hoje, o Alfeire Freiberg.

(Palmas)

Cumprimento a nossa querida banda da Polícia Militar. Hoje, ao tocar flauta no nosso coral, sr. presidente, disse a eles que daríamos folga porque queria que a nossa magnífica banda prestasse o seu tempo de lazer para que ouvíssemos a execução do Hino Nacional e, posteriormente, o Hino de Santa Catarina.

Enfim, cumprimento todos.

(Passa a ler.)

“Coloco o dia de hoje como um dos mais importantes, senão o mais importante da minha vida.

Um dia para agradecer essa grande felicidade que me proporcionam os catarinenses através da indicação da minha bancada e da aprovação unânime de todos os srs. deputados e sras. deputadas desta Casa.

Essa distinção que me dá a sensação do dever cumprido, conferida pelos milhares de votos que recebi para atuar na vida pública. Primeiramente como prefeito e depois em seis mandatos consecutivos como deputado estadual.

Este sentimento do dever cumprido é, sem dúvida, o melhor de todos os sentimentos que um cidadão de bem pode ter. Cidadão de bem que se propõe a trabalhar com os recursos públicos para melhorar a qualidade de vida das pessoas, para trazer soluções às comunidades, para trabalhar pelos cidadãos e, acima de tudo, respeitá-los.

Temos dito e tenho escrito por várias vezes, desde que fomos prefeito de Caçador, que tratar da atividade particular e da vida pública com honestidade, com dedicação e idealismo não é mais do que honrar a confiança de toda a

comunidade, não é mais do que cumprir com o básico de todos os deveres como ser humano’.

Por isso sou grato a todos os catarinenses, pois foram vocês que me deram esta oportunidade. Foram vocês que, ao me receber quando aqui cheguei à década de 60, abriram um espaço para que eu colocasse as minhas ideias, as minhas proposições, a minha vigilância e me incluíram no debate do dia a dia do que é mais importante para suas vidas.”

Aqui abro um parêntesis: o Zé recordou algumas coisas da nossa querida Floriano Peixoto. Mas eu não poderia deixar de aqui registrar. Floriano Peixoto, quem não conhece deve conhecer, para mim é uma das terras mais importantes na minha vida, porque foi lá que minha mãe me deu a oportunidade de ver a luz, traçando-nos um caminho juntamente com o sr. Antoninho, com os meus tios, com os familiares, que nos deram essa condição de seguir um caminho correto. Ninguém é perfeito, muito menos eu, mas sempre procurei ser o mais perfeito possível. Senão o mais real, senão o mais respeitador, porque não vejo no ser humano nenhuma vantagem em praticar qualquer ato que desprezite a vida de quem quer que seja, por mais pobre, por mais rico, pela raça, pelo credo, pela posição social. Acho que o respeito é a coisa mais sagrada que temos. Eu sempre procurei trazer isso comigo.

Quando cheguei a Caçador, em 1964, conheci a Denise, que até hoje me acompanha em minhas caminhadas. Tenho como filhos o Reninho, o Felipe e a Marion, que está no Canadá. Ela me telefonou várias vezes esta semana pedindo que mandasse a passagem que ela viria, mas é complicado!

Vocês são a razão da minha vida. Vocês me ajudaram muito, como a Leda, o Reni, o Zé, a Iva, o Pedro, a Luana, minha querida neta, a minha nora Ana, a Carol, que está com o nenê pequeno, e a Lorena, que foi a minha guia nas primeiras caminhadas de Floriano Peixoto.

Lembro-me de uma passagem, já que o Zé mexeu muito comigo, quando ele estava sentado em cima do capô de um jipe, em 1960, e a Lorena disse: “Zé, vamos que tu vais conosco”. E o Zé respondeu: “Não, eu não vou com o Nosco, eu não o conheço. Eu não conheço o Nosco. Então, como é que eu vou com o Nosco. Eu vou contigo!”

Então, são essas coisas de Floriano Peixoto que nos dão a alegria, hoje, de compartilhar em Santa Catarina desde muitos anos. Cheguei com 18 anos e hoje já estou com 66 anos. Façam a conta rápida e vejam que não sou tão velho assim!

Mas tenho uma grande parte da minha vida passada aqui em Santa Catarina. Devo aos catarinenses essa minha trajetória de vida. É óbvio que aprendi um pouco em Bagé, na escola agrícola; também em Viamão; no Contador, em Caçador; e no curso de técnico em Segurança do Trabalho. Mas aprendi muito na prática com aqueles que me antecederam: com os meus tios e o meu pai, que nos cobravam, e muito. Que bom que nos cobravam! Assim nós não ficamos ao léu e conseguimos um espaço na sociedade catarinense digno daqueles que investiram em nós.

Há mais um pequeno detalhe - e a Lorena é testemunha - que, para mim, foi uma coisa que me marcou muito. Quando chegamos a Caçador - e vejam como era difícil o relacionamento na época, sr. presidente -, lá havia o colégio particular Nossa Senhora Aparecida, que era das meninas, intocável, e as irmãs não deixavam nem chegarmos no portão. Havia também o Colégio Marista, o Colégio Aurora, e o Jorge Lacerda, que depois virou uma escola da comunidade, o Cnec, até hoje Colégio Marcos Olsen. Trocando ideias com a Lorena, eu disse: Mas não pode acontecer

isso numa sociedade tão pequena, com uma rivalidade entre os colégios. E a Lorena intermediou junto às irmãs, como aluna, para que criássemos um ambiente, deputado João Henrique Blasi, nosso querido desembargador, familiar entre os colégios, pois não era possível que os colégios ficassem cada um no seu canto. E aí, junto com os colégios municipais e estaduais, criamos a primeira olimpíada estudantil do município de Caçador. Convidei Jorge Gavioli, que era do Contador; o Chavinha, Sebastião Leôncio, que era do Colégio Marcos Olsen, do Cnec, Colégio Jorge Lacerda; e a Lorena para intermediarem tudo e conseguimos efetivar isso. Depois nunca mais houve qualquer rivalidade entre os colégios, pois houve um quebragelo naquela época. Isso marcou muito a minha vida pois, chegando a Caçador, pude participar de uma ocasião tão importante junto ao setor estudantil.

No Rio Grande do Sul militava na política, juntamente com meu pai, que foi vereador, secretário da Câmara Municipal e suplente de vereador, na segunda eleição. Então, levamos para Caçador um pouquinho do sangue político, mas que nem todos seguiram.

Chegamos a Caçador em 1964 e em 1965 foi a eleição do nosso grande e saudoso Ivo Silveira e de Antônio Carlos Konder Reis. Daí - e os caçadorenses irão se lembrar disso - o dr. Davi Pozzi; o dr. Jandir Esperança; o Arnaldo Timermann, o Chico; os Mandelli, que foram representando naquele dia o sr. Victório Mandelli, vizinho de frente do meu nono - e a tia Tere deve se lembrar muito dele -, o Danilo Manfroi; o falecido Antônio Comazzetto e mais alguns pessedistas convidaram-me um dia para participar de uma reunião na casa do Jurandir Esperança, que era próxima à delegacia. Eu fui lá e disseram: "Tu és do PSD, do Rio Grande do Sul, e tens que participar do PSD de Santa Catarina!" Aí fomos para a campanha e o Liquinho e o Renato Marins, aqui presentes, faziam a campanha para Konder Reis, do velho UDN, e nós para Ivo Silveira. Ganhamos! Pela

primeira vez, o PSD ganhou uma eleição em Caçador!

Foi boa a campanha! O dr. Taitalo Coelho de Sousa, que era promotor e da UDN, perguntou-me: "Como é, Reno? Nós somos da UDN e você vai para o PSD?!" Vamos dividir o time pois, de repente, acertamos aqui ou acertamos ali. E assim foi aquela campanha acirrada. Vocês devem lembrar de Custódio Correia, do tiro no trombone. Era complicada a vida.

Mas, foram essas coisas todas que me deram uma bagagem de experiência para a minha vida profissional. E não somente política, mas para sermos um cidadão emprestando um pouquinho do nosso tempo e das nossas forças em prol da nossa sociedade.

Talvez em todos esses anos, Zê, nunca nos ensinaram tudo. Temos certeza de que temos muito ainda o que aprender e muito ainda para fazer. O homem não escolhe o lugar para nascer, mas ele escolhe o lugar para o descanso, o derradeiro sono. Eu espero que Santa Catarina me acolha nesse meu derradeiro sono.

Por tudo isso e pelas conquistas que pude compartilhar com vocês anos após anos, desde o meu sétimo mandato - o primeiro foi de prefeito e seis foram de deputado -, é que agradeço por esses dias mais do que especiais.

Sou gaúcho de nascimento, repito, nascido em Getúlio Vargas, lá no distrito de Floriano Peixoto, hoje município, e catarinense de coração. Sempre fui amante do trabalho honesto de sol a sol e do progresso de todos para todos. Agora, fortalecido por essa distinção que recebo, sigo em frente, no rumo do cumprimento do dever e das atitudes justas.

Obrigado, caçadorenses! Obrigado, catarinenses! Obrigado a todos! O título que hoje recebo é um alento e um prêmio que, para mim, vem acompanhado do incentivo que significa: siga em frente! Estamos juntos com você!

Por isso, os meus sinceros agradecimentos a todos vocês que vieram prestigiar mais um catarinense que nasce, hoje.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em nome de todos os 40 deputados, queremos, mais do que ratificar as palavras proferidas pelo nosso líder da bancada do PP e proponente desta homenagem, o deputado Silvio Dreveck, dizer da alegria que temos de poder homenagear um membro desta Casa. E, mais do que isso, de poder fazê-lo no exercício pleno de seu mandato, merecendo por isso redobrado júbilo porque, mais do que um bom deputado, v.exa. é um bom catarinense.

Por isso, em nome de todos os deputados, o nosso reconhecimento pelo trabalho e a nossa amizade que transcende mandatos, cargos e funções. Tudo isso é passageiro. Os bons exemplos e as relações fraternas e sinceras perduram por toda uma vida. E são essas relações que trazem tantas pessoas importantes a esta homenagem, e tantas outras que nos acompanham pela TVAL e também aqui presentes.

Parabéns, deputado Reno Caramori! Santa Catarina ganha, hoje, mais um filho seu, antes adotivo e agora com o título de nascimento nessa nossa querida Santa Catarina.

Convidamos todos para, de pé, ouvirem a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 021, de 02 de fevereiro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1476/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CESAR LUIZ BELLONI FARIA**, matrícula nº 1839, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20,83% (vinte vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão PL/DAS-7 e 45% (quarenta e cinco por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, em substituição nos mesmos percentuais do valor da função código PL/FC-3, incorporado de acordo com o artigo 90 da Lei 6.745/85 substituindo idêntico percentual já agregado com base na Resolução nº 1076/1991, de 28/05/1991 e observando efeitos da Resolução nº 002/2004, com eficácia financeira a contar de 01 de dezembro de 2011.

Republicada por Incorreção

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 187, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com fulcro no § 3º do art. 1º, no caput do art. 116, no caput do art. 117 e no parágrafo único do art. 63, todos do Regimento Interno da ALESC, e considerando possíveis implicações ante a legislação eleitoral, cautelarmente,

RESOLVE:

Art. 1º No período compreendido entre 07 de junho a 07 de outubro de 2012, excepcionalmente, as sessões especial e solene, previstas nos incisos IV e V do art.6º, do Regimento Interno, serão realizadas exclusivamente nas dependências do Palácio Barriga Verde.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 188, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR VERA LUCIA FERMIANO, matrícula nº 5467, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente de Relações Institucionais, código PL/DAS-3, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (CGP - Secretaria Executiva de Relações Institucionais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 189, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato da Mesa nº 445, de 12 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 190, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta Ofício nº 1396/2012/GABS/SEA

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da SDR - Braço do Norte, até 31 de dezembro de 2012, o servidor **BERTILO BORBA**, matrícula nº 1741, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, código PL/ASI-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 01 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 191, de 12 de abril de 2012

Autoriza o Procurador-Geral Adjunto a praticar atos administrativos relativos às despesas da Assembleia Legislativa

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o Procurador-Geral Adjunto, a praticar os seguintes atos administrativos, enquanto perdurar o impedimento do titular.

I - ordenar as despesas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

II - prestar contas e representar a Assembleia Legislativa perante o Tribunal de Contas;

III - promover a instauração, instrução e conclusão de processos de tomada de contas especiais;

IV - elaborar a proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária da Assembleia Legislativa.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 192, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE LUIS SOARES**, matrícula nº 1256, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (DL- CC - Comissão de Pesca e Aquicultura).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 193, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DISPENSAR a servidora **ROSANE CHEREM DE ABREU**, matrícula nº 2051, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (Deputado Aldo Schneider).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 194, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **LUCIANO SERPA**, matrícula nº 1806, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2012 (Deputado Aldo Schneider).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 195, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ALBERTO MAGNO PALADINI**, matrícula nº 707, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de abril de 2012 (DRH - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 196, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ALBERTO MAGNO PALADINI**, matrícula nº 707, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer Chefia de Seção - Projetos e Gestão do Conhecimento, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de abril de 2012 (DRH - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 197, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício GABP nº 646/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, até 31 de dezembro de 2012, à servidora **MARA LÚCIA MANFREDINI PERUCHI**, matrícula nº 1142, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, PL/TEL-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 198, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2185/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **CARLOS CESAR DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1087, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 199, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2450/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **IARA BERTEMES CAPRARO**, matrícula nº 0540, lotada na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 200, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2449/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **ROSANI GRAÇA BENTO**, matrícula nº 1416, lotada na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **40% (quarenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 201, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2365/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **LEILA MARY PALUDO GOMES**, matrícula nº 1276, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 202, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2025/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **ANTONIO ORLANDO**, matrícula nº 1884, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 203, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2356/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **FREDERICO ALEXANDRE CRIPPA**, matrícula nº 2037, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **60% (sessenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 204, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2222/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER**, matrícula nº 0264, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 205, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1701/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **CLARICE ROSA KUHLMANN**, matrícula nº 1137, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 206, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1453/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **IVON MONTEIRO DE SOUSA**, matrícula nº 1383, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 21,67% (vinte e um vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, PL/DAS-3 do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, em substituição a 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento) concedido pelo Ato da Mesa nº 1486/2003, de 14/10/2003, mantendo incólumes os percentuais restantes de 78,33% (setenta e oito vírgula trinta e três por cento) completando o limite de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 207, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2021/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **TANIA REGINA MARTINS**, matrícula nº 0731, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 571/87, de 27/04/1987, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 208, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1965/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **EDUARDO ROCHA**, matrícula nº 1507, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor da

Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1413/92, de 08/10/1992, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 209, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2564/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **SILVIO NESTOR DE SOUZA**, matrícula nº 1411, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 e 20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, até o total de 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1095/91, de 28/05/1991, com eficácia financeira a contar de 17 de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 210, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1970/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI**, matrícula nº 1541, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, até o total de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Chefia de Seção - Secretaria, código PL/FC-3, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 211, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1578/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 5,83% (cinco vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e o código do cargo em comissão de Coordenador, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; e 24,17% (vinte e quatro vírgula dezessete por cento) do valor correspondente a Função de Confiança, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança com eficácia financeira a contar de 01 de abril de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assessoria técnica-administrativa - Suporte Técnico, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 212, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MARIA DE FÁTIMA RAMPANELLI**

SIMON, matrícula nº 1362, da função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de abril de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 213, de 12 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI

e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 1553/2012/GABS/SEA,

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da **SDR** - Araranguá, até 31 de dezembro de 2012, a servidora **MARIA DE FÁTIMA RAMPANELLI SIMON**, matrícula nº 1362, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quatro de abril de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Darci de Matos**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Gilmar Knaesel, Manoel Mota, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares, Valmir Comin e o Deputado Marcos Vieira. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 6ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: a **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PLC/0006.2/2012, que cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Manoel Mota** relatou o PL./0340.7/2011 que cria banco de dados com solicitações de exames de mamografia em Santa Catarina, seu parecer foi pela rejeição do projeto, posto em discussão e votação, a Deputada Luciane Carminatti pediu vista em gabinete. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0049.7/2012 que destina recursos para promoção institucional ao combate ao uso de crack e outros elementos toxicológicos que causam dependência, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, quatro de abril de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETA EM DIVERSAS REPARTIÇÕES DA ALESC, INCLUINDO ACABAMENTO, DE 50

(CINQUENTA) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT.

DATA: 23/04/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 23 de abril de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 09 de abril de 2012.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 598/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 006/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, INCLUINDO COMPRESSORES E O SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO INSTALADO NO PALÁCIO BARRIGA VERDE E NOS DEMAIS PRÉDIOS LOCADOS PELA ALESC.

ote Único

Vencedora: A. ALEMAX ASSISTENCIA TECNICA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 130.500,00

Florianópolis, 12 de abril de 2012

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 044/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 002/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 002/2012.

OBJETO: aquisição de materiais para manutenção dos Prédios da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de março de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 002/2012.

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	50	ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO CUNHA DE 3/4	THELMAR	R\$ 0,53	R\$ 26,50
2	50	ABRAÇADEIRA PARA ELETRODUTO DE 2" BRANCA	HIDROSOL	R\$ 2,91	R\$ 145,50
3	50	ABRAÇADEIRA POLIWETZEL, DE 3/4	HOMELUX	R\$ 0,99	R\$ 49,50
4	50	ABRAÇADEIRA DE 1/2" DE AÇO GALVANIZADO	NACIOLNAL	R\$ 0,57	R\$ 28,50
5	100	ADAPTADOR TOMADA 2P+T PARA COMPUTADOR NOVO PADRÃO	PEZZI	R\$ 4,77	R\$ 477,00
6	50	ADAPTADOR POLIWETZEL DE 3/4" CINZA	PEZZI	R\$ 0,52	R\$ 26,00
7	5	BÓIA ELÉTRICA PARA CAIXA D'ÁGUA	PEZZI	R\$ 28,04	R\$ 140,20
8	50	CAIXA CONDULETE 2X4, BRANCA DA WETZEL	MASSTER	R\$ 3,60	R\$ 180,00
9	50	CAIXA CONDULETE 2X4, CINZA DA WETZEL	MASSTER	R\$ 3,31	R\$ 165,50
10	50	CAIXA DE PASSAGEM 4X4, PARA ELETRODUTO 2"	DUTOPLAST	R\$ 1,50	R\$ 75,00
11	50	CAIXA DE PASSAGEM EM PVC CINZA, 2" X 4" PARA CONDULETES	DUTOPLAST	R\$ 3,31	R\$ 165,50
12	50	CAIXA SISTEMA X COM INTERRUPTOR DE 1 SEÇÃO	ENERBRAS	R\$ 6,45	R\$ 322,50
13	50	CAIXA DE SISTEMA X COM TOMADA DE AR CONDICIONADO COMPLETA	ENERBRAS	R\$ 8,15	R\$ 407,50
14	50	CAIXA SISTEMA X COM TOMADA 2P+T PARA COMPUTADOR COMPLETA	ENERBRAS	R\$ 8,15	R\$ 407,50
15	50	CANALETA PIAL LEGRAND, BITOLA 20X10, BRANCA	ENERBRAS	R\$ 2,25	R\$ 112,50
16	100	CONECTOR TIPO SINDAL PARA FIO 2,5 MM	INTERNEED	R\$ 3,10	R\$ 310,00
17	100	CONECTOR TIPO SINDAL PARA FIO 4 MM	INTERNEED	R\$ 3,34	R\$ 334,00
18	50	CURVA DE CONDULETE 3/4, 90º	MASSTER	R\$ 1,59	R\$ 79,50
19	50	CURVA 90º LONGA TIGRE BITOLA DN 50	MASSTER	R\$ 4,21	R\$ 210,50
20	50	CURVA 90º LONGA TIGRE BITOLA DN 75	MASSTER	R\$ 12,61	R\$ 630,50
21	50	CURVA 90º PARA ELETRODUTO BRANCA	MASSTER	R\$ 1,65	R\$ 82,50
22	100	CONECTOR SAPATA PARA FIO 16MM2	INTELLI	R\$ 1,78	R\$ 178,00
23	50	CURVA ELETRODUTO EM PVC 2"	MASSTER	R\$ 9,61	R\$ 480,50
24	10	DISJUNTOR 15 A CURVA C	SANMEN	R\$ 5,26	R\$ 52,60
25	10	DISJUNTOR 20 A CURVA C	SANMEN	R\$ 5,26	R\$ 52,60
26	10	DISJUNTOR 25 A CURVA C	SANMEN	R\$ 5,26	R\$ 52,60
27	10	DISJUNTOR 30 A CURVA C	SANMEN	R\$ 5,27	R\$ 52,70
28	50	ELÉTRICALHA PERFURADA "U" CHAPA 22 200MM X 50 3000MM,GE	DUFF DO BRASIL	R\$ 75,79	R\$ 3.789,50
29	50	ELETRODUTO 3/4" NA COR BRANCA, WETZEL	MASSTER	R\$ 9,30	R\$ 465,00
30	20	ELETRODUTO 2" NA COR BRANCA	HIDROSOL	R\$ 44,29	R\$ 885,80
31	50	ELETRODUTO CINZA DE 3/4" DE 3 METROS	HOMELUX	R\$ 7,63	R\$ 381,50
32	50	ESPELHO CEGO BRANCO, PIAL PLUS	PEZZI	R\$ 2,16	R\$ 108,00
33	20	FUSIVEL PEQUENO 10 AMPERES		R\$ 0,33	R\$ 6,60
34	5	GUIA PASSA FIO	CORTAG	R\$ 9,88	R\$ 49,40
35	20	INTERRUPTOR BRANCO, PIAL PLUS	PEZZI	R\$ 5,89	R\$ 117,80
36	50	LÂMPADA ELÉTRICA LUZ MISTA BASE E-40 500 WATTS 220 VOLTS	AVANT	R\$ 21,22	R\$ 1.061,00
37	50	LÂMPADA 55W/830, LUMINUX WARM WHITE 2G11	PHILIPS	R\$ 147,51	R\$ 7.375,50
38	50	LÂMPADA AR 70 50W 12V 24G HALOSPOT	AVANT	R\$ 20,33	R\$ 1.016,50
39	30	LÂMPADA DE LED 12W, AGLED 12-127/220V-2700K, BASE E27	AG	R\$ 37,98	R\$ 1.139,40
40	50	LÂMPADA DICRÓICA 35W 12V 36G ECONÔMICA	AVANT	R\$ 15,88	R\$ 794,00
41	50	LÂMPADA ELETRÔNICA BRANCA 20 W/220 V 840 2U	G-LIGHT	R\$ 7,33	R\$ 366,50
42	500	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 14W 840 T5	AVANT	R\$ 6,51	R\$ 3.255,00
43	500	LÂMPADA ELÉTRICA 13/14W 220V 840 BRANCA ESPIRAL	AVANT	R\$ 9,43	R\$ 4.715,00
44	500	LÂMPADA ELÉTRICA COMPACTA FLUORESCENTE NA COR 41, 15W/ 220V	G-LIGHT	R\$ 6,60	R\$ 3.300,00
45	50	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA ELETRÔNICA DE 25W, DULUX D, COR 41	OURO LUX	R\$ 7,45	R\$ 372,50
46	50	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA INTEGRADA DECO GLOBO, 20W, BASE E27, 2700K, IRC 82	EMPALUX	R\$ 17,75	R\$ 887,50
47	50	LÂMPADA ELÉTRICA HALÓGENA DE 1000W/ 220V	OURO LUX	R\$ 4,61	R\$ 230,50
48	50	LÂMPADA ELÉTRICA HALÓGENA TIPO PALITO J 125/220V, 300 WATTS	GOLDEN	R\$ 3,75	R\$ 187,50
49	50	LÂMPADA HALÓGENA PALITO DE 300W	OURO LUX	R\$ 3,57	R\$ 178,50
50	50	LÂMPADA ELÉTRICA TIPO PAR 38 HALÓGENA 100 W /220 V	OURO LUX	R\$ 15,82	R\$ 791,00
51	50	LÂMPADA ELÉTRICA HALÓGENA, PHOTO OPTIC.650 220V	OSRAM	R\$ 54,37	R\$ 2.718,50
52	50	LÂMPADA ELÉTRICA HALOPAR 30 DE 75 W	OURO LUX	R\$ 14,56	R\$ 728,00
53	50	LÂMPADA ELÉTRICA HALOPAR 30 LONGA DE 75W FIXAÇÃO DO ESPETO	OURO LUX	R\$ 22,28	R\$ 1.114,00
54	50	LÂMPADA ELÉTRICA HQI-TS NA COR WDL DE 70 W/220 V	OURO LUX	R\$ 35,24	R\$ 1.762,00
55	20	LÂMPADA ELÉTRICA LUZ MISTA, BASE E-27, 160 WATTS, 220 VOLTS	AVANT	R\$ 11,57	R\$ 231,40
56	50	LÂMPADA ELÉTRICA VAPOR METÁLICO BILATERAL HQI TS WDL 150 W/ 220 V	AVANT	R\$ 35,24	R\$ 1.762,00
57	50	LÂMPADA VAPOR METÁLICO CDM-T 150 V 220 W	AVANT	R\$ 42,71	R\$ 2.135,50
58	50	LÂMPADA ELÉTRICA ESPECIAL DICRÓICA COR BRANCA 12 V - 50 W	OURO LUX	R\$ 2,31	R\$ 115,50
59	50	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE COMPACTA 2 PINOS 26 WATTS	OURO LUX	R\$ 6,27	R\$ 313,50
60	1000	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 FO 16W S/840	AVANT	R\$ 5,64	R\$ 5.640,00
61	500	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 20 W, T8, 840	AVANT	R\$ 3,26	R\$ 1.630,00
62	500	LÂMPADA FLUORESCENTE LUZ DO DIA 32 W	OURO LUX	R\$ 5,64	R\$ 2.820,00
63	500	LÂMPADA FLUORESCENTE LUZ DO DIA 40 W	AVANT	R\$ 3,50	R\$ 1.750,00
64	50	LÂMPADA ELÉTRICA HALÓGENA POWER STAR HQI-TS 400 WATS NDL	OURO LUX	R\$ 48,67	R\$ 2.433,50
65	200	LÂMPADA ELÉTRICA HALÓGENA TIPO PAR 20/240V/50W/BASE E-27	OURO LUX	R\$ 10,36	R\$ 2.072,00
66	50	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA COM TEMPO DE AUTONOMIA DE 6 HORAS COM 01 LÂMPADA BATERIA RECARREGÁVEL 9 W TIPO OHMEGA SL-BA9G	OHMEGA	R\$ 93,08	R\$ 4.654,00
67	20	LUMINÁRIA REF. PROJETO C2232 04/16W FL BEM	LUSTRE PROJETO	R\$ 130,65	R\$ 2.613,00
68	20	LUVA DE 2" DE ELETRODUTO BRANCO	MASSTER	R\$ 2,60	R\$ 52,00
69	20	LUVA PARA ELETRODUTO 3/4", BRANCO	MASSTER	R\$ 0,98	R\$ 19,60
70	20	LUVA PARA ELETRODUTO 3/4", CINZA	MASSTER	R\$ 1,01	R\$ 20,20

71	1000	CABO ELÉTRICO PP 3x2,5 MM	CORFIO	R\$ 2,66	R\$ 2.660,00
72	1000	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL AZUL 2,5 MM	CORFIO	R\$ 0,54	R\$ 540,00
73	1000	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PRETO 2,5 MM	CORFIO	R\$ 0,54	R\$ 540,00
74	1000	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL VERDE 2,5 MM	CORFIO	R\$ 0,54	R\$ 540,00
75	1000	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL AZUL 4 MM	CORFIO	R\$ 0,89	R\$ 890,00
76	1000	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL VERDE 4 MM	CORFIO	R\$ 0,89	R\$ 890,00
77	1000	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PRETO 4 MM	CORFIO	R\$ 0,89	R\$ 890,00
78	100	MÓDULO INTERMEDIÁRIO 10 A, PIAL PLUS	PEZZI	R\$ 23,72	R\$ 2.372,00
79	100	MÓDULO PARA TOMADA 2P+T COR VERMELHA	PEZZI	R\$ 8,08	R\$ 808,00
80	100	MÓDULO PARA TOMADA 2P+T COR BRANCA	PEZZI	R\$ 7,23	R\$ 723,00
81	100	PLACA (ESPELHO) HORIZONTAL 1 POSTO 4X2	PEZZI	R\$ 2,16	R\$ 216,00
82	100	PLACAS PARA 02 TOMADAS, PLUS BR 4 X 2, CÓDIGO 618506, NA COR BRANCA.	PEZZI	R\$ 2,16	R\$ 216,00
83	200	PLUG FEMEA ADAPTADOR MONOFÁSICO NOVO PADRÃO	PEZZI	R\$ 3,81	R\$ 762,00
84	200	TOMADA ELÉTRICA PLUG FEMEA 2P+T PARA COMPUTADOR	PEZZI	R\$ 4,54	R\$ 908,00
85	200	PLUG MACHO ADAPTADOR MONOFÁSICO NOVO PADRÃO	PEZZI	R\$ 3,39	R\$ 678,00
86	200	TOMADA ELÉTRICA PLUG MACHO 2P+T NOVO PADRÃO PARA COMPUTADOR	PEZZI	R\$ 4,11	R\$ 822,00
87	50	REATOR CONVENCIONAL 1 X 26 W	MAGNETRONIC	R\$ 11,65	R\$ 582,50
88	100	REATOR ELETRÔNICO 2 X 14 W BIVOLT AFP T5	ECP	R\$ 29,51	R\$ 2.951,00
89	100	REATOR ELETRÔNICO 2X32W	TOPLINE	R\$ 17,70	R\$ 1.770,00
90	100	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA 2 X 40 W	TOPLINE	R\$ 16,26	R\$ 1.626,00
91	50	REATOR ELETRÔNICO PARA 01 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 20W	TOPLINE	R\$ 9,91	R\$ 495,50
92	100	REATOR ELETRÔNICO PARA 02 LÂMPADAS FLUORESCENTES DE 16W, T8	TOPLINE	R\$ 17,40	R\$ 1.740,00
93	100	REATOR ELETRÔNICO PARA 02 LÂMPADAS FLUORESCENTES DE 20W	TOPLINE	R\$ 13,95	R\$ 1.395,00
94	50	REATOR PARA 01 LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA BIPINO DE 26W, SEM STARTER INTERNO E COM CAPACITOR	ECP	R\$ 11,27	R\$ 563,50
95	20	REATOR PARA 2 LÂMPADAS FLUORESCENTE COMPACTA PL55 W 4 PINOS	OSRAM	R\$ 16,86	R\$ 337,20
96	20	REATOR QUICKTRONIC DE LUXE HF 2X58/230-240DIM,	OSRAM	R\$ 138,61	R\$ 2.772,20
97	20	RELÊ FOTOELÉTRICO	TECNOWATT	R\$ 11,91	R\$ 238,20
98	100	FITA ISOLANTE P44	PIRELLI	R\$ 7,56	R\$ 756,00
99	20	FIO ELÉTRICO DE COBRE FLEXÍVEL PARALELO 2,5 MM	CORFIO	R\$ 133,20	R\$ 2.664,00
TOTAL GERAL				R\$ 103.650,00	

1ª REGISTRADA: **Stark Comercial Ltda. ME**.

Endereço: Avenida Warderlei Junior nº 05, sala 17, Bairro Campinas, São Jose?SC

CEP 88101-010

Fone/fax (48) 3240-2200/ 963-8389

e-mail Mateus@grupostark.com.br

CNPJ/MF nº 09.348.298/0001-08

2ª REGISTRADA: **Fábio Antonio dos Santos-Me**

Florianópolis, 13 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 045/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 001/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 002/2012.

OBJETO: aquisição de materiais para manutenção dos Prédios da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (30 de março de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 002/2012.

Item	Qtd	Un	Produtos	Valor Unitário (R\$)	Marca	Valor Total (R\$)
1.	5	UN	ARCO DE SERRA MANUAL	6,95	Ecoffer	34,75
2.	100	UN	ARRUELA METÁLICA LISA ZINCADA 3/16"	1,8	PR	180,00
3.	100	UN	ARRUELA METALICA LISA ZINCADA 1/4	2,7	PR	270,00
4.	20	UN	BROCA DE VÍDEA 5 MM	1,5	Ecoffer	30,00
5.	20	UN	BROCA DE VÍDEA 6 MM	6,95	Ecoffer	139,00
6.	10	UN	BROCA DE VÍDEA PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA 6 MM	6,9	Vonder	69,00
7.	20	UN	BROCA DE VÍDEA 8 MM	2,45	Ecoffer	49,00
8.	20	UN	BROCA DE VÍDEA 10 MM	3,7	Ecoffer	74,00
9.	10	UN	BROCA DE VÍDEA PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA 10 MM	9,3	Vonder	93,00
10.	10	UN	BROCA DE VÍDEA 12 MM	7,15	Vonder	71,50
11.	10	UN	BROCA DE VÍDEA PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA 12 MM	11,9	Vonder	119,00
12.	10	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 10 MM	7,3	Ecoffer	73,00
13.	10	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 12 MM	11,65	Ecoffer	116,50
14.	20	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 2,5 MM	1,3	Ecoffer	26,00
15.	20	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3,5 MM	1,3	Ecoffer	26,00
16.	20	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3 MM	1,3	Ecoffer	26,00
17.	20	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 6 MM	2,3	Ecoffer	46,00
18.	20	UN	BROCA DE AÇO RÁPIDO 8 MM	4,3	Ecoffer	86,00
19.	1000	UN	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO Nº 6	0,01	Vonder	10,00
20.	500	UN	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO BUCHA Nº 10	0,01	Vonder	5,00
21.	200	UN	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO Nº 12	0,02	Vonder	4,00
22.	500	UN	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO Nº 8	0,01	Vonder	5,00
23.	50	UN	BUCHA PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO DE BACIO 12 MM	0,01	Vonder	0,5
24.	500	UN	BUCHA DE NYLON TIPO FLY PARA GESSO ACARTONADO	0,25	Sforplast	125,00
25.	5	UN	DISCO DE CORTE PARA CERAMICA BITOLA 110X20 MM	4,45	Ecoffer	22,25
26.	50	UN	FUGA DE PLÁSTICO PARA COLOCAÇÃO DE PISOS CERÂMICO OU AZULEJO TIPO CRUZ DE VÁRIOS TAMANHOS	1,25	Vonder	62,50

27.	5	CARTELA	LÂMINA PARA SERRA TICO-TICO	6,5	Vonder	32,50
28.	20	CARTELA	LÂMINA EM AÇO RÁPIDO PARA ARCO DE SERRA	4,75	Ecoffer	95,00
29.	5	UN	PISTOLA METÁLICA PARA APLICAÇÃO DE SILICONE	5,85	Ecoffer	29,25
30.	100	CAIXA	REBITE 3,2 X 7,4 MM	1,85	Ecoffer	185,00
31.	100	CAIXA	REBITE 3,2x12,7MM	2,3	Ecoffer	230,00
32.	20	METRO	LIXA Nº 120 AMARELA	1,95	Norton	39,00
33.	20	METRO	LIXA Nº 60 AMARELA	2,3	Norton	46,00
34.	20	METRO	LIXA Nº 80 AMARELA	5,05	Norton	101,00
35.	10	PACOTE	ABRACADEIRA NYLON 6,6 F-7028,16CM	5,05	Frontec	50,50
36.	10	PACOTE	ABRACADEIRA NYLON 6,6 F-7028, 27CM	9,35	Frontec	93,50
37.	5	KG	PREGO COM CABEÇA BITOLA 14x21	5,6	Gerdau	28,00
38.	5	KG	PREGO COM CABEÇA BITOLA 16x24	5,2	Gerdau	26,00
39.	5	KG	PREGO COM CABEÇA BITOLA 17x27	4,85	Gerdau	24,25
40.	5	KG	PREGO SEM CABEÇA BITOLA 13X18	6	Gerdau	30,00
41.	5	KG	PREGO SEM CABEÇA BITOLA 15x21	5,2	Gerdau	26,00
42.	5	KG	PREGO DE AÇO 15x15	3,25	Vonder	16,25
43.	20	UN	LÂMINA PARA ESTILETE DE 1"	1,65	Belhota	33,00
44.	10	UN	ESTILETE EMBORRACHADO PARA LÂMINA DE 1", COM TRAVA SCREW LOCKING	7,05	Seller	70,50
45.	500	UN	PARAFUSO CABEÇA PHILIPS 4,2x32	0,07	New Fix	35,00
46.	500	UN	PARAFUSO METALICO MEDINDO 4,0 X 16, ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA	0,03	Vonder	15,00
47.	500	UN	PARAFUSO METÁLICO, ROSCA SOBERBA, DE 4,2x32	0,05	Vonder	25,00
48.	500	UN	PARAFUSO CABEÇA PLANA 4.0x16	0,01	Vonder	5,00
49.	20	UN	PARAFUSO PARA FIXAR BACIO SANITÁRIO COM PORCA 8 X 1/4	0,02	Bogná	0,4
50.	500	UN	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 4,8 x 65 MM	0,12	Vonder	60,00
51.	100	UN	PARAFUSO PARA PUXADORES CABEÇA FLANGEADA	0,02	New Fix	2,00
52.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 3,8x32, ROSCA INTEIRA	0,02	New Fix	10,00
53.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 2,2x10, ROSCA INTEIRA	0,01	New Fix	5,00
54.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 2,8x12, PARA DOBRADIÇAS	0,03	New Fix	15,00
55.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 3,5x16, ROSCA INTEIRA	0,01	Vonder	5,00
56.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 3,8x22, ROSCA INTEIRA	0,02	Sofix	10,00
57.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 3,8x25, ROSCA INTEIRA	0,03	Sofix	15,00
58.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 4,0x25, ROSCA INTEIRA	0,02	Vonder	10,00
59.	500	UN	PARAFUSO CABEÇA PHILIPS BITOLA 4,2x55	0,07	Sofix	35,00
60.	500	UN	PARAFUSO DE CABEÇA PHILIPS, BITOLA 3,8x45, ROSCA INTEIRA	0,04	Sofix	20,00
61.	5	UN	BALDE DE MASSA 15 KG	3,8	Drywall	19,00
62.	5	UN	ESCADA METALICA EM ALUMINIO COM 6 DEGRAUS	139,05	Botafogo	695,25
63.	5	UN	ESCADA METÁLICA EM ALUMÍNIO DE 8 DEGRAUS	139,05	Botafogo	695,25
64.	5	GALAO	COLA VARIADA DE CONTATO (TIPO CASCOLA) GL.3,6	2,6	Henkel	13,00
65.	5	UN	COLA DE CONTATO SUPER, GALÃO DE 3,6L	26,98	Cascola	134,90
66.	5	UN	COLA AMAZONAS, COD AM310, LATA 14KG	27,48	Amazonas	137,40
67.	5	LATA	MASSA PLÁSTICA PARA COLAR GRANITO	4,95	Max Ruber	24,75
68.	20	ROLO	FITA DUPLA FACE	1,2	Ecoffer	24,00
69.	10	SACO	ESTOPA DE RETALHOS DE PANO COSTURADO	3,05	Vonder	30,50
70.	10	ROLO	ARAME GALVANIZADO,FIO 16	6,6	Morlan	66,00
71.	50	TUBO	COLAS VARIADAS DE SILICONE TRANSPARENTE 300 GRAMA	5,15	Cascola	257,50
72.	20	TUBO	COLAS VARIADAS DE SILICONE PRETO, 300 GRAMAS	5,1	Vonder	102,00
73.	20	TUBO	OLEO LUBRIFICANTE DESENGRIPANTE SPRAY	13,85	Vonder	277,00
74.	10	TUBO	SELANTE PU CINZA	17,45	Filok	174,50
75.	20	UN	MÃO FRANCESA METÁLICA DE 30X40CM	17,5	Forte Bieron	350,00
76.	20	UN	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 PLHILIPS.	4,4	Bosch	88,00
77.	20	UN	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 FENDA	1,2	Tramontina	24,00
78.	50	METRO	MANGUEIRA PLÁSTICA CRISTAL DE 1/2"	2	Vonder	100,00
79.	30	M²	FILTRO DE FIBRA Nº 150 COM 2,20 METROS.	22,02	Albacete	660,60
80.	100	UN	PORCA BITOLA DE 1/4 DE FERRO	2,9	Vonder	290,00
81.	50	UN	PRENDEDOR DE PORTA DE PISO, LATÃO FUMÊ	16,15	Imab	807,50
82.	20	UN	SUPORTE METALICO TIPO TRIANGULO PARA PENDURAR QUADRO	1,46	G-Fix	29,20
83.	10	UN	TUBO DE ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO REAPROVEITÁVEL 500 ML	15,85	Vonder	158,50
Valor Total (expresso em reais): Oito mil trezentos e quarenta e cinco reais.						8.345,00

LOTE 03						
Item	Qtd	Un	Material	Valor Unitário	Marca	Valor Total
1.	20	UN	ADAPTADOR HIDRÁULICO DE PVC DE 20 mm	0,19	Krona	3,80
2.	20	UN	ADAPTADOR HIDRÁULICO DE PVC DE 25 mm	0,25	Krona	5,00
3.	5	UN	ADESIVOS PARA PVC (BISNAGA) 175 GRAMAS	5,94	Krona	29,70
4.	20	UN	ANEL DE VEDAÇÃO DE CERA PARA INSTALAÇÃO DE VASO SANITÁRIO	4,69	Plastbor	93,80
5.	20	UN	CURVA EM PVC 25 mm	1,03	Krona	20,60
6.	20	UN	CURVA EM PVC DE 20 mm	0,84	Krona	16,80
7.	20	UN	ENGATE PLASTICO FLEXIVEL COM ANEL 40 CM	1,45	Krona	29,00
8.	20	UN	ENGATE PLASTICO FLEXIVEL DE 50 CM	1,64	Krona	32,80
9.	20	UN	JOELHO EM PVC SOLDÁVEL 20 mm	0,15	Krona	3,00
10	20	UN	JOELHO EM PVC SOLDÁVEL 25 mm	0,19	Krona	3,80

1.	20	UN	JOELHO DE 25 X 1/2 EM PVC AZUL	2,00	Krona	40,00
12	20	UN	JOELHO EM PVC 90 GRAUS 50MM P/ESGOTO	1,06	Krona	21,20
3.	20	UN	JOELHO EM PVC, 40 MM ESGOTO	0,65	Krona	13,00
14	20	UN	JOELHO EM PVC, 25 mm	0,20	Krona	4,00
5.	20	UN	JOELHO EM PVC PARA ESGOTO 100 MM	2,39	Krona	47,80
16	20	UN	LUVA EM PVC PARA ESGOTO 50 mm	1,04	Krona	20,80
17.	20	UN	LUVA EM PVC 40 mm	0,42	Krona	8,40
18.	20	UN	LUVA DE REDUÇÃO EM PVC DE 100MM PARA 50MM0,24	2,95	Krona	59,00
19.	20	UN	LUVA EM PVC SOLDÁVEL 25 MM	0,24	Krona	4,80
20.	20	UN	LUVA EM PVC SOLDÁVEL DE 25 mm DE CORRER	4,22	Krona	84,40
21.	20	UN	LUVAS 20MM PVC SOLD MR TIGRE	0,25	Tigre	5,00
22.	20	UN	NÍPEL EM PVC COM ROSCA 1/2"	0,23	Krona	4,60
23.	20	UN	"NÍPEL COM ROSCA 3/4"	0,38	Krona	7,60
24.	5	UN	"TORNEIRA DE METAL TAMANHO 1/2"	36,13	Forusi	180,65
25.	10	UN	TORNEIRA ELÉTRICA MÓVEL PARA PIA	76,70	Corona	767,00
26.	5	UN	"TORNEIRA METÁLICA DE PAREDE BICA ALTA, DE 1/2"	38,46	Forusi	192,30
27.	30	UN	SIFAO PLASTICO FLEXIVEL	3,74	Blukit	112,20
28.	20	UN	SIFÃO CROMADO PARA LAVATÓRIO	14,72	Blukit	294,40
29.	10	UN	SENSOR PARA TORNEIRA BIVOLT 1180 C (DECALUX)	39,80	Decalux	398,00
30.	20	UN	TAMPÃO (CAP) DE 25 mm, MARRON	0,35	Krona	7,00
31.	20	UN	TAMPÃO (CAP) DE 20 mm, MARRON	0,26	Krona	5,20
32.	20	UN	T EM PVC DE ROSCA DE 1/2"	0,83	Krona	16,60
33.	20	UN	T EM PVC SOLDÁVEL 25 MM	0,34	Krona	6,80
34.	20	UN	T EM PVC PARA ESGOTO 50 MM	2,62	Krona	52,40
35.	20	UN	T EM PVC PARA ESGOTO 40 MM	0,95	Krona	19,00
36.	5	UN	REGISTRO DE METAL DE GAVETA 3/4	24,43	Docol	122,15
37.	5	UN	"REGISTRO DE PRESSÃO DE 1/2"	16,66	Delta Metais	83,30
38.	5	UN	REGISTRO DE PRESSÃO SOLDÁVEL DE 25 mm	48,80	Delta Metais	244,00
39.	20	UN	PROLONGADOR DE METAL COM ROSCA DE 1/2"	6,00	Delta Metais	120,00
40.	5	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 25 MM	13,00	Delta Metais	65,00
41.	20	ROLO	FITA VEDA ROSCA PARA VEDAÇÃO	0,88	Firmex	17,60
42.	20	UN	"T HIDRÁULICO DE 1/2"	0,84	Krona	16,80
43.	20	BARRA	CANO EM PVC 25 MM	6,75	Krona	135,00
44.	10	BARRA	CANO DE 40 mm	10,13	Krona	101,30
45.	20	BARRA	CANO DE 20 mm	5,40	Krona	108,00
46.	10	UN	TAMPÃO CAP PVC 25 MM COM ROSCA INTERNA	0,36	Krona	3,60
47.	10	UN	CAP DE 25 mm COM ROSCA EXTERNA	0,57	Krona	5,70
48.	20	UN	JOELHO DE 25 X 1/2, NA COR MARRON	0,23	Krona	4,60
49.	20	UN	REDUÇÃO EM PVC 100X75 MM PARA ESGOTO	3,24	Krona	64,80
50.	20	UN	REDUÇÃO EM PVC PARA ESGOTO 100 X 50 mm	2,77	Krona	55,40
51.	20	UN	TUBO DE LIGAÇÃO FLEXÍVEL EM PVC PARA CAIXA DE DESCARGA	2,06	Krona	41,20
52.	20	UN	TUBO EXTENSIVO DE 80 cm	4,80	Blukit	96,00
Valor Total						R\$ 3.677,10

1ª REGISTRADA: **Fábio Antonio dos Santos - ME**.
Endereço: Rua Rio Grande do Norte, nº 65, Bairro Universitário, Tijucas /SC.
CEP 88200-000.
Fone/fax (48) 3263-4356
e-mail: fcomercio.fabio@hotmail.com
CNPJ/MF nº 12.860.812/0001-96
2ª REGISTRADA: **Ruth da Silva Seixas -Me**
Florianópolis, 13 de abril de 2012
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 041/12

Ofício Nº 009/2012 Bom Retiro, 22/03/2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro** de Bom Retiro referente ao exercício de 2011.
Rosemeri Apª. Possenti Hornung
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 12/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 042/12

Ofício 021/2012 Florianópolis, 09 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Florianópolis Amanhã**, de Florianópolis referente ao exercício de 2011.
Elizenia Prado Becker
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 12/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 043/12

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

Secretaria do Conselho da Magistratura

Ofício n. 48/2012 - CM Florianópolis, 10 de abril de 2012

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Luiz Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Assunto: Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais

Senhor Presidente,

Honra-me encaminhar a Vossa Excelência o Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais, relativo ao segundo semestre de 2011, em atenção ao disposto no art. 10 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, atualizada pela Lei Complementar n. 365, de 7 de dezembro de 2006, aprovado pelo Conselho da Magistratura deste egrégio Tribunal de Justiça, na sessão ordinária realizada no dia 09 de abril de 2012.

Reitero protestos de consideração e apreço.

Claudio Barreto Dutra

PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 12/04/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 703, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCO ANTONIO NETO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Taió).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 704, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDMILSON MACHADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Araranguá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 705, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

PUBLICAR a composição da Comissão Legal - Acompanhamento de Contas Públicas, ficando assim constituída:

Nome do Servidor	Matr	Cargo
EDER DE QUADRA SALGADO	1265	Presidente
ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES	1847	Membro
EVANDRO GONÇALVES PEREIRA	1879	Membro
SORAYA FINCO FARIA	2089	Membro
CARLOS CASTILHO DE MATTOS	763	Membro

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 706, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0809/12,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **ADELIA FERRARI CARDOSO**, matrícula nº 2044, por 46 (quarenta e seis) dias, a contar de 06 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 707, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1360	Maria Neuza Marcelino	30	02/04/12	0811/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 708, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0687	Maria Ines Catalano	60	02/04/12	0810/2012
0451	Marília Machado	90	01/04/12	0812/2012
2065	Terezinha Rodrigues Gonçalves	30	02/04/12	0813/2012
2137	Emilce Dias Rocha Maria	60	01/04/12	0814/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 709, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **IBRANTINA MACHADO**, matrícula nº 2892, nomeada pelo Ato da Mesa nº 458/2010, fazendo constar como sendo **IMBRANTINA MACHADO**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 710, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 618/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **MARIA APARECIDA TRIDAPALLI ARCHER**, matrícula nº 0596, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 12 de março de 2007 a 11 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 711, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 649, de 09 de abril de 2012, que nomeou **PAULINA COELHO HARLE**, matrícula nº 6890, no gabinete do Deputado José Nei Alberton Ascari.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 712, de 12 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia de Seção - Sala de Imprensa, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **PATRICIA SCHNEIDER DE AMORIM**, que se encontra em licença para repouso à gestante por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02 de abril de 2012 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 139/12

CRIA O PROGRAMA "MUTIRÃO DA LIBERDADE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica o Poder Judiciário autorizado a criar o programa "Mutirão da Liberdade", que será realizado duas vezes por ano, para o levantamento da situação prisional das apenadas femininas que cumprem pena nos presídios do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O programa "Mutirão da Liberdade" acontecerá todo ano, durante a última semana dos meses de Janeiro e Julho.

Art. 3º - O programa tem como objetivo principal prestar assistência jurídica para verificar a situação prisional das apenadas femininas, com a finalidade de acelerar os trâmites dos processos de liberdade, dentro dos ditames legais, nas seguintes questões:

I - cumprimento total da pena - direito adquirido de liberdade.

II - direito a progressão de regime - livramento condicional por cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, de acordo com o art. 83 do Código Penal.

III - prazo excessivo de prisão preventiva ou provisória - ré aguardando julgamento.

Art. 4º - O programa "Mutirão da Liberdade", deverá contar com a participação da Vara de Execução Penal - VEP, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e do Conselho Penitenciário.

Parágrafo Único - O programa permitirá o serviço voluntário de advogados, entidades de direitos humanos, religiosas e de defesa da população carcerária.

Art. 5º - Caberá ao Poder Judiciário definir o local para a realização do programa "Mutirão da Liberdade" e oferecer as condições adequadas para a sua execução.

Art. 6º - As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
KENNEDY NUNES
DEPUTADO - PSD

Lido no Expediente

Sessão de 12/04/12

JUSTIFICATIVA

É fácil constatar que a população carcerária cresce a cada dia, mas as vagas no sistema penitenciário são cada vez mais escassas, obrigando aos condenados a cumprirem suas penas em situações desumanas, com penitenciárias abarrotadas de presos, com seus direitos fundamentais violados e que não contribuem para recuperar o indivíduo para o convívio social após o cumprimento de sua pena.

A enorme quantidade de processos penais, os poucos recursos humanos nas Varas de Execuções Penais e a carência de advogados ou defensores públicos, tornam a atuação da Justiça mais morosa ainda quanto à libertação dos apenados que já possuem as condições ou requisitos legais para a reinserção social.

Nos presídios femininos esta constatação torna-se mais dolorosa, levando-se em consideração que na grande maioria, são mulheres mães de família, afastadas de seus filhos e abandonadas pelos maridos, companheiros e familiares. Em sua maioria as presas são de baixa renda, com pouca escolaridade e sem qualificação profissional. São na maioria, donas de casa que foram levadas para a vida do crime por seus namorados, companheiros ou maridos.

Além disso, atualmente, no Brasil, mais de 44% da população carcerária é de presas provisórias. Presas provisórias são aquelas que aguardam julgamento e que tiveram a prisão decretada ou mantida pelo Judiciário com a finalidade de garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal, ou mesmo garantir as práticas de atos investigatórios. "Em tese, elas deveriam estar, segundo a Lei de Execução Penal (LEP), em cadeias públicas" e não em presídios.

O projeto pretende apoiar os órgãos da Justiça, visando acelerar o retorno das presas ao convívio social e familiar, oferecendo assistência voluntária para rever a situação processual de cada uma, verificando a real possibilidade de liberdade, caso a caso. Com o programa pretendemos alcançar o resultado do oferecimento de mais vagas no sistema penitenciário e fazer cumprir o direito legal a liberdade dos que já acertaram suas contas com a sociedade e merecem ter seus direitos respeitados.

Pelo exposto solicito a aprovação do presente projeto aos meus pares.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0004.5/2012

Cria, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Comissão da Verdade do Estado de Santa Catarina para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, na apuração de graves violações dos Direitos Humanos ocorridas no território do Estado de Santa Catarina ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da

Constituição Federal, no período de 1964 até 1985, no território do Estado de Santa Catarina.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, após ouvido o Plenário, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Comissão da Verdade do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de efetivar, em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no território do Estado de Santa Catarina ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, no período de 1964 até 1985, no território do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Comissão é criada para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade em suas funções de:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos;

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático;

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Art. 3º A Comissão terá prazo de dois anos, a partir de sua instalação, para a inclusão dos trabalhos, que poderão ser prorrogados até a extinção da Comissão Nacional da Verdade, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Artigo 4º - A Comissão será integrada por 5 (cinco) membros, designados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, dentre parlamentares identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

Artigo 5º - O mandato dos membros da Comissão terá a duração necessária à elaboração do relatório cuja publicação representa o termo final da referida Comissão.

Artigo 6º - A participação na Comissão será considerada serviço público relevante.

Artigo 7º - Para execução de seus objetivos de colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão da Verdade poderá:

I - receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado;

II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público;

III - convidar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V - promover audiências públicas;

VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão da Verdade;

VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;

VIII - solicitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

Parágrafo único - A Comissão poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Artigo 8º - Qualquer cidadão que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela Comissão terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

Artigo 9º - As atividades desenvolvidas pela Comissão da Verdade serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo

seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

Artigo 10 - A Comissão da Verdade atuará de forma articulada e integrada com a Comissão Nacional da Verdade, podendo proceder da mesma forma com os demais Órgãos públicos, especialmente com a Comissão Especial criada pela Lei Estadual nº 10.719/1998, e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Artigo 11 - Deverá ser encaminhada para o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e para o Arquivo Nacional uma cópia de todo o acervo documental e de multimídia resultante dos trabalhos da Comissão.

Artigo 12 - A Comissão poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos internacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

Artigo 13 - A Mesa da Assembleia Legislativa regulamentará a participação dos servidores de seu Quadro na Comissão.

Artigo 14 - Poderão ser contratadas pessoas físicas ou jurídicas para auxiliar os trabalhos da Comissão da Verdade.

Parágrafo único - É vedada a contratação de pessoas que:

I - exerçam cargos executivos em agremiação partidária, com exceção daqueles de natureza honorária;

II - não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão por obediência a estrutura hierárquica envolvida com os fatos apurados ou de natureza similar;

III - estejam no exercício de cargo em comissão ou em função de confiança em qualquer esfera do Poder Público.

Artigo 15 - O regulamento dos trabalhos da Comissão da Verdade será elaborado por seus membros.

Artigo 16 - As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento.

Artigo 17 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões em,

Dep. ANGELA ALBINO

Lido no Expediente
Sessão de 12/04/12

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos aos nobres pares o presente projeto de resolução que objetiva criar no âmbito desta Casa a Comissão da Verdade do Estado de Santa Catarina para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade.

No período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou uma época que deixou máculas na história do povo brasileiro: o regime ditatorial militar. Neste período, direitos da cidadania foram usurpados. O regime vitimou milhares de brasileiros, através da prática do sequestro, do cárcere clandestino, da tortura, de assassinatos e de ocultação de cadáveres de seus opositores.

Outrossim, a forte censura imposta impediu a divulgação e o conhecimento completo destes fatos, que até hoje permanecem sem que tenham sido devidamente esclarecidos.

Neste sentido, a sociedade civil e organizada pleiteia que o Estado apure toda a verdade, levando em consideração todos os fatos ocorridos, as circunstâncias, o contexto e as responsabilidades.

Assim como outros estados da federação que já criaram a Comissão da Verdade, a Comissão da Verdade do Estado de Santa Catarina irá promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos e agressões aos direitos da cidadania praticadas no período de 1946 à 1985 para fortalecer e consolidar o Estado de Direito Democrático, como também permitir a construção de um futuro sem a cultura de violência e abusos aos Direitos Humanos.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 018/2012

Institui o Dia Estadual do Manezinho no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Manezinho no calendário de eventos oficiais do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de janeiro.

Art. 2º A data comemorativa prevista no artigo anterior será orientada para a realização de eventos a ela alusivos, como ícone marcante na história catarinense.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 031/11

Dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos destinados a emissão de raio laser em uso humano, no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidos procedimentos e normas para utilização de equipamentos e produtos destinados à emissão de raio laser em seres humanos, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O uso da tecnologia laser em todas as suas modalidades e tipificações, fica restrito aos estabelecimentos que tenham como responsável técnico profissional registrado em órgão de classe regulamentado por lei.

§ 1º - O responsável técnico responderá civil, administrativa e criminalmente pelo uso do laser no estabelecimento pelo qual responde.

§ 2º - O estabelecimento deverá:

I - vincular à todo material de divulgação do uso do laser o nome do responsável técnico e seu registro em órgão de classe regulamentado por lei; e

II - Fixar em local de fácil visualização do público o nome do responsável técnico e seu registro em órgão de classe.

Art. 3º A utilização do laser para fins estéticos em menor de 18 (dezoito) anos de idade fica condicionada a autorização expressa dos pais ou responsável legal.

Art. 4º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará os estabelecimentos infratores às seguintes sanções:

I - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

II - cassação do alvará de funcionamento.

Parágrafo único - O produto da arrecadação das multas previstas nesta Lei será destinado ao Fundo Estadual de Saúde ou órgão que venha a substituí-lo.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias, disciplinando a fiscalização e a aplicação da multa prevista no artigo anterior.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões.

Deputado Valmir Comin PP

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 10/04/12

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 04/04/12

JUSTIFICATIVA

O nobre colega Deputado Kennedy Nunes apresentou o PL 31.8/2011 buscando meritória e fundamentalmente regulamentar a utilização da tecnologia laser que pode colocar em risco a saúde dos catarinenses.

Em fiel cumprimento no disposto no art. 72 do RIALESC, o nobre Deputado Joares Ponticelli, relator na Comissão de Constituição e Justiça, visando sanar vícios de constitucionalidade, apresentou emendas modificativas que restaram aprovadas.

Seguindo o trâmite ordinário do Processo Legislativo Catarinense o PL 31.8/2011 foi encaminhado para a Comissão de Finanças e Tributação, âmbito em que o então relator Deputado Neodi Saretta manifestou-se pela aprovação da matéria, no tange à áreas de atividade daquela Comissão.

Assim, recebida nesta comissão a proposição foi encaminhada para relatoria e a exemplos dos relatores anteriores, primei pelo correto Processo Legislativo analisando exclusivamente o mérito da matéria e neste sentido apresento Emenda Substitutiva Global objetivando o amadurecimento da proposta.

Para tanto procurei:

- no art. 1º, abranger **todo** e **qualquer** tipo de uso da tecnologia laser que coloque em risco a saúde dos catarinenses,

- no art. 2º, condicionar o uso do laser aos estabelecimentos que tenham como responsáveis técnicos profissionais registrados em órgãos de classe regulamentado por lei, obrigar a vinculação de seus nomes em todo e qualquer material publicitário que cite o laser e sua fácil visualização por parte dos pacientes e/ou clientes nas dependências do estabelecimento;

- no art. 3º, obrigar a autorização expressa dos pais ou responsáveis para uso da tecnologia laser para fins estéticos em menores de 18 anos;

- no art. 4º, estabelecer penalidade ao descumprimento do disposto nesta lei e destinar a receita proveniente das multas ao Fundo Estadual de Saúde cujo objetivo é apoiara os programas de trabalho relacionados com a saúde individual e coletiva e com o meio ambiente, desenvolvidos ou coordenados pela Secretaria de Estado da Saúde; e

- no art. 5º estabelecer prazo para regulamentação por parte do Poder Executivo para disciplinar a fiscalização e a aplicação das multas.

Com tais mudanças mantive o meritório foco inicial do projeto procurando respeitar legislações já vigentes e proteger a saúde e a qualidade de vida do povo catarinense.

Portando, solicito o apoio dos nobres pares no sentido da aprovação da presente Emenda Substitutiva Global.

*** X X X ***